



Relatório de Execução do

Plano Anual de Atividades

2021-2022



EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO
ANUAL DE ATIVIDADES

DEZEMBRO DE 2022

ÍNDICE

ÍNDICE	2
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	3
1.OCUPAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES.....	5
PLANO OPTE 2021/2022 - TAXAS DE EXECUÇÃO DAS AULAS PREVISTAS E QUALIDADE DO USO DOS TEMPOS ESCOLARES	5
2. PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR	7
2.1. PNPSE - PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA DA ESCT 2020-2022	7
2.2. ATIVIDADES NO ÂMBITO DO APOIO EDUCATIVO	11
2.3. RESULTADOS DOS EXAMES NACIONAIS	13
2.4. RESULTADOS DO INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR	16
2.5. COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR.....	17
2.6. A QUALIDADE DO SUCESSO ESCOLAR.....	20
3. PROJETO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	21
4. PROJETO EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE	31
5. PROJETO PARA A AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR	36
6. PROJETO PARA A CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO.....	43
7. RECONHECIMENTO DO MÉRITO E DA EXCELÊNCIA	47
8. ATIVIDADES DE COMPLEMENTO EDUCATIVO E DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL	49
9. FORMAÇÃO CONTÍNUA	52

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O relatório de execução do Plano Anual de Atividades de 2021/22 pretende avaliar o grau de concretização das atividades previstas, enquadradas nas metas do Projeto Educativo da ESCT e plasmadas nos objetivos operacionais do 2º Contrato de Autonomia. O Plano Anual de Atividades relativo ao ano letivo de 2021-2022 continuou a evidenciar as mudanças, iniciadas nos anos letivos anteriores, no funcionamento das escolas impostas pelo Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho de 2018, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, e pelo Decreto-Lei nº 55/2018, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens e que aposta não só na Autonomia e Flexibilidade Curricular, mas também no projeto de Cidadania e Desenvolvimento como estratégias para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

O modelo subjacente aos normativos referidos pressupõe uma nova estrutura concetual e implica algumas ruturas na prática educacional. O trabalho colaborativo de natureza interdisciplinar e as tarefas de articulação curricular, operacionalizadas preferencialmente por equipas educativas, são cruciais, no sentido da apropriação e observação plenas do PASEO (Perfil do Aluno à Saída do Ensino Secundário). Estas mudanças concetuais e transformações profundas na prática educativa constituem um novo desafio que as escolas terão de vencer.

A Escola Secundária de Caldas das Taipas, uma instituição que tem norteado a sua ação na qualidade do serviço educativo e na excelência, encarou com otimismo estes desafios. Naturalmente, os seus profissionais, com a sua larga experiência, não deixaram de assumir uma posição crítica face à mudança. Convencidos das virtualidades deste modelo, aperceberam-se também das dificuldades em aplicar o modelo teórico à prática educativa. Como exemplo, apontamos os constrangimentos em adaptar o modelo de avaliação externa, assente nos exames nacionais e que determina em grande medida o futuro académico e profissional dos alunos, às novas orientações. Esta e outras questões contiveram o ímpeto da comunidade escolar e refrearam o ritmo na implementação deste projeto. Apesar destes receios, a ESCT avançou, de forma sustentada, sendo a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) o motor das diferentes intervenções, no apoio aos alunos e aos docentes, espelhado neste documento. Refira-se, também, o papel preponderante que o projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular e o Projeto de Cidadania e Desenvolvimento (C&D) assumiram ao longo deste ano letivo, enquanto mobilizadores de diferentes intervenções e de suporte à ação educativa da ESCT.

Como complemento deste Relatório de Execução do Plano Anual de Atividades existem os relatórios de avaliação de cada um dos coordenadores dos projetos estruturantes; da Equipa de Avaliação Interna, da EMAEI, e da equipa para a implementação do projeto C&D. No processo de

avaliação interna desta unidade orgânica podem ainda ser considerados os relatórios das Direções dos Cursos Profissionais; da Biblioteca Escolar/ Centro de Recursos; da coordenação dos Departamentos e das Secções Curriculares; da Coordenação dos Diretores de Turma.

Todos estes documentos serão oportunamente analisados pela Equipa de Autoavaliação no sentido de identificarem os pontos fortes e possíveis fragilidades no funcionamento da organização e apresentarem planos de melhoria.

1. OCUPAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES

“3. Garantir a ocupação plena dos tempos escolares e incrementar progressivamente a qualidade do tempo passado na escola”.(...)”

Objetivo operacional do 2º Contrato de Autonomia, p. 9, 2013

PLANO OPTE 2021/2022 - TAXAS DE EXECUÇÃO DAS AULAS PREVISTAS E QUALIDADE DO USO DOS TEMPOS ESCOLARES

Os indicadores de monitorização das ações que visam o incremento da qualidade do uso dos tempos escolares mostram uma boa capacidade de resposta organizacional às quebras individuais na prestação do serviço letivo.

Ainda que objetivo fixado tenha ficado abaixo nos objetivos 3.1.1 e 3.1.2, em termos globais o objetivo foi largamente superado. Assim, merece destaque a capacidade coletiva de resposta que garantiu, em todos os anos de escolaridade, a execução global de um volume de aulas superior ao previsto no início do ano escolar.

Finalmente, verificou-se um grande volume das atividades singulares registadas, executadas e avaliadas no âmbito do Plano Anual de Atividades, bem como um grande volume de ações associadas a projetos estruturantes, a maior parte dos quais diretamente dirigidos à comunidade escolar abrangida pela área de influência da nossa escola.

Tabela para a monitorização do plano:

Plano OpTE 2021/2022 - Taxas de Execução das Aulas Previstas													
Ano / P&D	P	D	1P (%)	P	D	2P (%)	P	D	3P (%)	P	D	Final (%)	APMNI
10º ANO (a)	6218	6170	99,2%	6419	6299	98,1%	3936	3933	99,9%	16573	16402	99,0%	1,00
11º ANO	5934	5872	99,0%	6091	6049	99,3%	4281	4408	103,0%	16306	16329	100,1%	0,00
12º ANO	5293	5314	100,4%	4889	4892	100,1%	4831	4834	100,1%	15013	15040	100,2%	0,00
GLOBAL	17445	17356	99,5%	17399	17240	99,1%	13048	13175	101,0%	47892	47771	99,7%	0,30

APMNI - Aulas perdidas por motivos não imputáveis.

(a) - Atrasos no recrutamento/ colocação de docentes e substitutos/ incapacidades de curta duração.

3.1 Garantir taxas globais de execução de aulas previstas superiores a 98% em todos os anos de escolaridade e ciclos de ensino.

Cf. Cláusula 2ª, n.º 3 do Contrato de Autonomia

Quadro dos indicadores de referência para verificação do cumprimento do objetivo operacional e resultado final a verificar

3º Objetivo Operacional do 2º Contrato de Autonomia – Garantir a utilização plena dos tempos escolares e incrementar progressivamente a qualidade do tempo passado na escola.				
Área	Objetivos operacionais	Descrição do indicador de medida	2021/22	
3 - Incrementar a qualidade do uso dos tempos escolares	3.1 - Garantir <i>taxas globais de aulas previstas e ministradas</i> superiores a 99,0%, em todos os anos de escolaridade.	Número de casos em que as <i>taxas globais de execução</i> das aulas previstas calculadas para cada ano de escolaridade cumprem ou falham o objetivo.	10.º ano	99,0%
			11.º ano	100,1%
			12.º ano	100,2%
	3.1.1 - Garantir <i>taxas de execução das aulas previstas</i> superiores a 98,0% em todas as disciplinas/turma sujeitas a exames nacionais.	Percentagem de casos em que a taxa de execução das aulas previstas calculada para cada disciplina/turma sujeita a exame nacional cumpre o objetivo. <i>[N.A. Independentemente de se tratar de turmas do ano terminal ou não. O resultado do indicador é positivo se for superior em 95% dos casos.]</i>	100,0%	
	3.1.2 - Garantir <i>taxas de execução das aulas previstas</i> superiores a 95,0% em todas as disciplinas/turma não sujeitas a exames nacionais.	Percentagem de casos em que a taxa de execução das aulas previstas calculada para cada disciplina/turma não sujeita a exame nacional cumpre o objetivo. <i>[N.A. O resultado do indicador é positivo se for superior em 97% dos casos.]</i>	100,0%	
	3.2 – Aumentar a oferta de atividades de enriquecimento curricular e de apoio educativo.	Volume de horas de apoio proporcionado aos jovens envolvidos nas ofertas educativas da ESCT (nº alunos x nº horas).	80.703h	
	3.3 - Intensificar as atividades de reforço e aprofundamento das aprendizagens, bem como as ações de orientação educativa dirigidas aos alunos e às famílias.	Número de ações/atividades singulares e atividades integradas em projetos dirigidas aos alunos e às famílias, desde que realizadas na ESCT ou pela ESCT no seu território de influência <i>[NA: Contabilizam-se as atividades registadas no PAA e classificadas nas tipologias <i>Aula no Exterior</i>, <i>Encontro</i> e <i>Desenvolvimento de Produto</i>]</i>	299	
3.4 - Ampliar o programa anual de atividades de complemento educativo e de dinamização cultural, incluindo nos períodos de interrupção letiva.	Número de ações/atividades em atividades singulares e atividades integradas em projetos, dirigidas aos alunos e às famílias, desde que realizadas na ESCT ou pela ESCT no seu território de influência <i>[NA: Contabilizam-se as atividades registadas no PAA e classificadas nas tipologias <i>Evento Temático</i> e <i>Convívio</i>]</i>	159		

2. PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

2. Aumentar a taxa global de sucesso escolar para níveis superiores à média nacional.”

“3.2. Aumentar a oferta de atividades de enriquecimento curricular e de apoio educativo”.

“3.3. Intensificar as atividades de reforço e de aprofundamento das aprendizagens, bem como as ações de orientação dirigidas aos alunos e às famílias.”

Objetivos operacionais do 2º Contrato de Autonomia, p. 9, 2013

2.1. PNPSE - PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA DA ESCT 2020-2022

Em 2021-2022, a ESCT deu continuidade ao Plano de Ação Estratégica 2020-2022 designado por “Plano +EC – Mais Equidade e Conhecimento”. Face aos resultados positivos obtidos durante dos primeiros biénios, esta Escola desenhou um plano de melhoria para o terceiro biénio. Começou por reforçar o seu compromisso social e as metas de sucesso, acrescentando um ponto percentual em 2020-2021 e meio ponto percentual em 2021-2022, passando para uma taxa de 96,7 e de 97,2 respetivamente.

Deu-se continuidade à medida 1 do plano anterior e conceberam-se duas novas medidas, como se refere de seguida:

- ✓ Medida 1 - Plano OpTE – Otimização permanente dos Tempos Escolares
- ✓ Medida 2 – PpSIE – Plano de Promoção do Sucesso e Inclusão Educativos
- ✓ Medida 3 – Programa de Mentorias – (in)ESCT... Mentorias de Alunos para alunos

Como podemos confirmar no Plano de Ação Estratégica, o objetivo da Medida 1, que é aumentar a utilização de atividades de enriquecimento curricular e apoio educativo, abrange os alunos dos três anos de escolaridade e tem como meta global atingir as 70.236 horas/tempos no ano letivo 2021/2022.

Decorrente da alteração das medidas que integram o Plano de Ação Estratégica da ESCT 2020-2022, constata-se que o acerto ambicioso de metas a atingir neste ano letivo poderá justificar que em termos globais as taxas de execução da medida 3 do Plano de Ação Estratégica tenham ficado aquém do esperado.

No ano letivo 2021/2022, segundo ano de execução do “Plano de Ação Estratégica 2020-2022” as medidas inscritas e previstas mantiveram-se, constatando-se uma execução bem conseguida, em alinhamento com o ano 2020/2021.

Numa análise mais global e genérica podemos afirmar que a medida Plano PpSIE foi executada com pleno sucesso. A exceção do não sucesso está inscrita no resultado das medidas 1 e 3, as quais atingiram taxas de execução de 85% e 54%, respetivamente.

 <p>ANO LETIVO 2021/22 Plano +EC - Mais Equidade e Conhecimento Monitorização da execução</p>	 <p>Taxa de Execução Final</p>
---	--

Medida 1 Plano OpTE					
Otimização permanente do Tempo Escolar					
Atividades desenvolvidas		Execut.	Metas	Taxas	
2EC	CD/AOE - 10.º Ano	7685	8388	92%	
	CD/AOE - 11.º Ano	6222	6790	92%	
	CD/AOE - 12.º Ano	6339	7385	86%	
	Aulas de CD/AOE	Subtotal	20246	22563	90%
	Oficinas do Conhecimento	870	960	91%	
	Apoio Pedagógico Acrescido – Português - 12.º	2748	7174	38%	
	Apoio Individualizado Pequeno Grupo - Física e Química	206	802	26%	
	Apoio Individualizado Pequeno Grupo - Matemática	314	781	40%	
	Apoio Individualizado Pequeno Grupo - Inglês	21	54	39%	
	Apoio Individualizado Pequeno Grupo - Português	15	68	22%	
	Apoio Individualizado Pequeno Grupo	Subtotal	556	1705	33%
	Desenho A - 12.º (Aulas 0,3 de 50 min)	252,6	285,6	88%	
	História A - 12.º (Aulas 0,3 de 50 min)	383,4	438,6	87%	
	Matemática A - 12.º (Aulas 0,3 de 50 min)	1182,6	1316	90%	
	Aulas de Apoio - Grupo Turma 0,3 de 50 min	Subtotal	1818,6	2040,2	89%
	Filosofia - 10.º (Aulas 0,4 de 50 min)	1769,6	2000	88%	
	Inglês - 11.º (Aulas 0,4 de 50 min)	1349,6	1743,8	77%	
	Aulas de Apoio - Grupo Turma 0,4 de 50 min	Subtotal	3119,2	3743,8	83%
	Aulas de Reforço Matemática A 10.º	4287	4760	90%	
	Aulas de Reforço Matemática A 11.º	3762	4321	87%	
	Aulas de Reforço Matemática A	Subtotal	8049	8601	94%
	Apoio – Recuperação de Módulos em atraso (DCSH)	0			
	Apoio – Recuperação de Módulos em atraso (DE)	0			
	Apoio – Recuperação de Módulos em atraso (DL)	8			
	Apoio – Recuperação de Módulos em atraso (DMCE)	14			
	Apoio – Recuperação de Módulos em atraso	Subtotal	22		
	Apoio às PAP/EQAVET (DCSH)	0	1464	0%	
	Apoio às PAP/EQAVET (DL)	29	576	5%	
	Apoio às PAP/EQAVET (DMCE)	951	3216	30%	
	Apoio às PAP/EQAVET	Subtotal	980	5256	19%
	Atividades Singulares (DCSH)	470	1850	25%	
	Atividades Singulares (DE)	0	650	0%	
	Atividades Singulares (DL)	894	1250	72%	
	Atividades Singulares (DMCE)	982	1850	53%	
Atividades Singulares	Subtotal	2346	5600	42%	

(...)

Atividades em Projeto (DCSH)		6538	3600	182%	
Atividades em Projeto (DE)		0	300	0%	
Atividades em Projeto (DL)		6872	3100	222%	
Atividades em Projeto (DMCE)		2871	3825	75%	
Atividades em Projeto		Subtotal	16281	10825	150%
Assistência a aulas (DMCE)		463	1428	32%	
Assistência a aulas (DL)		130	340	38%	
Assistência a aulas		Subtotal	593	1768	34%
Sessões de Preparação para Exames Nacionais (DCSH)		399			
Sessões de Preparação para Exames Nacionais (DE)		722			
Sessões de Preparação para Exames Nacionais (DL)		316			
Sessões de Preparação para Exames Nacionais (DMCE)		564			
Sessões de Preparação para Exames Nacionais		Subtotal	2001		
Sessões de Reapreciação de Provas (DCSH)		4			
Sessões de Reapreciação de Provas (DE)		0			
Sessões de Reapreciação de Provas (DL)		0			
Sessões de Reapreciação de Provas (DMCE)		9			
Sessões de Reapreciação de Provas		Subtotal	13		
Medida 1 Plano OpTE		Total	59642,8	70236	85%
Medida 2 PpSIE					
Plano de promoção do Sucesso e Inclusão Educativos					
Atividades desenvolvidas		Execut.	Metas	Taxas	
GAAF	Medida 1 OrEP	5912	3500	169%	
	Medida 2 DPS	9669	1700	569%	
	Medida 3 Dpar	235	100	235%	
	Subtotal	15816	5300	298%	
PDPSC	Medida 1 ESCT.4.us	2976	2000	149%	
	Medida 2 Pais (in) ESCT	288	500	58%	
	Medida 3 Coolabora	1654	1500	110%	
	Subtotal	4918	4000	123%	
Medida 2 PpSIE		Total	20734	9300	223%
Medida 3 Mentorias					
(IN)ESCT... Mentorias De Alunos Para Alunos					
Atividades desenvolvidas		Execut.	Metas	Taxas	
	Entrevistas aos mentores	4	600	54%	
	Formação aos mentores	4			
	Captação de mentorandos	230			
	Entrevistas aos mentorandos	13			
	Acompanhamento de docentes aos mentores	16			
	Sessões - mentores e mentorandos	59			
	Subtotal	326			600
Medida 3 Mentorias		Total	326	600	54%
Plano +EC - Mais Equidade e Conhecimento		Total	80702,8	80136	101%

2.2. ATIVIDADES NO ÂMBITO DO APOIO EDUCATIVO

- **Apoio e Orientação Educativa (AOE)** – Como componente local do currículo, em horário semanal da turma com o Diretor de Turma (frequência obrigatória para os alunos internos).
 - Orientar e apoiar os alunos na sua vida escolar;
 - Facultar aos alunos informações relevantes sobre e para o seu percurso escolar;
 - Dinamizar atividades que promovam o desenvolvimento integral do aluno.

- **Assistência a Aulas** – Como apoio à realização de disciplinas por alunos externos ou supletivos (frequência obrigatória para os inscritos).
 - Apoiar a conclusão de disciplinas por alunos autopropostos.
 - Apoiar a reformulação de percursos escolares e/ou a melhoria de notas através de exames por alunos que já concluíram o Ensino Secundário.
 - Proporcionar oportunidades economicamente acessíveis de preparação para a realização de provas específicas para acesso ao Ensino Superior.

- **Oficinas do Conhecimento/ Coadjuvações/ Apoios Educativos Individuais / Recuperação de Módulos e UFCD em Atraso** – Como atividades de recuperação de aprendizagens e de superação de dificuldades manifestadas nas aulas curriculares (frequência obrigatória para os alunos encaminhados pelo docente da disciplina ou pelo Conselho de Turma).

- **Oficinas de Formação GAAP** – Como formas de aprendizagem não formal (colaboração voluntária dos docentes).
 - Proporcionar aos adultos da comunidade local e, em especial aos Pais e Encarregados de Educação dos alunos da ESCT, a superação de lacunas de competências escolares;
 - Facilitar a aproximação à vida escolar e o acompanhamento dos percursos escolares dos filhos;
 - Incentivar o gosto pelo estudo e pela aprendizagem ao longo da vida.

- **Sessões de Trabalho de Preparação para os Exames Nacionais** – Após o final do ano letivo e antes dos Exames Nacionais obrigatórios (frequência facultativa para todos os alunos candidatos a exame).
 - Esclarecer as dúvidas decorrentes do estudo prévio feito pelos alunos sobre as matérias em causa;
 - Resolver questões/Exames Nacionais dos anos transatos;
 - Reforçar conteúdos/competências importantes para a realização, com sucesso, dos Exames Nacionais.

- **Sessões/Grupos de Trabalho de Preparação para Provas de Ingresso** – Como mecanismo de apoio e incentivo ao prosseguimento de estudos por alunos e ex-alunos da ESCT, designadamente, os que concluíram cursos qualificantes.
 - Lecionar os conteúdos programáticos das disciplinas, cujo Exame Nacional será usado como Prova de Ingresso;
 - Desenvolver as competências necessárias à realização, com sucesso, dessas Provas de Ingresso;
 - Orientar e apoiar o estudo individual;
 - Resolver questões/Exames Nacionais (usados pelos alunos como Provas de Ingresso) dos anos transatos.

- **Consultadoria técnica de apoio à elaboração de pedidos de reapreciação de provas de exame –**
Após a consulta das provas de exame, disponibiliza-se aos alunos um apoio de consultadoria para formular pedidos de revisão da correção das provas.
 - Apoiar a análise do rigor da correção das provas de exame.
 - Apoiar a formulação de pedidos de revisão tecnicamente e cientificamente sustentados.
 - Promover o rigor e a equidade das classificações obtidas nos exames nacionais.

2.3. RESULTADOS DOS EXAMES NACIONAIS

Os resultados dos Exames Nacionais (Avaliação Externa), ao assumirem um papel muito importante no sucesso escolar dos alunos e nos seus percursos académicos futuros, tornam-se num indicador relevante para a escola na medida em que, enquanto instituição de ensino, deve prestar contas pelas condições que dá aos seus alunos para se apresentarem a uma avaliação de âmbito nacional, e que pretende determinada pelos mesmos critérios.

Sendo verdade que os critérios e as circunstâncias em que são realizados os Exames Nacionais são idênticos para todo o país, deve ter-se em conta que estes resultados são influenciados também por fatores aos quais a escola é alheia ou cujos efeitos a Escola tem dificuldade em mitigar. Entre estes está, sem dúvida, todo o contexto económico, social e cultural desta região, que condiciona, naturalmente, a vida escolar dos jovens e a sua aprendizagem e que exigem intervenções convergentes de muitos outros setores sociais e económicos, aos quais a escola não poderá substituir-se.

No ano letivo de 2022-2022, a ESCT ficou, novamente, aquém das expectativas nestes indicadores, ainda que com bastante melhores resultados face aos três anos letivos anteriores. Para além de ser necessário fazer o diagnóstico, apurar as razões que estarão na origem destes resultados e apresentar as ações de melhoria que permitirão inverter estes valores, importa, atendendo à alteração a nível da gestão da escola, já referida, acompanhar e reforçar a trajetória que parece estar a desenhar-se. Deve aqui ser salientado que os três últimos anos letivos se revestiram de grande instabilidade, fruto da problemática de saúde pública - pandemia - que se viveu e ainda vive. As atividades letivas foram alteradas no seu formato presencial para o não presencial, com todas as condicionantes daí decorrentes e já monitorizadas em sede própria. Esta situação, absolutamente inédita, causou, junto dos alunos e da escola, em geral, uma necessidade de adaptação em tempo record, acrescida de alguma instabilidade emocional, visto tratar-se questões de saúde pública e que tiveram graves repercussões na vida familiar de parte dos alunos da escola.

No que respeita ao objetivo relacionado com os exames nacionais, ainda que com resultados francamente melhores que aos dos anos letivos anteriores, continuam a verificaram-se resultados médios em parte das disciplinas inferiores às médias nacionais, com uma subida global média da ESCT superior à melhoria registada a nível nacional. Neste sentido, a distância da média global da ESCT em relação à média nacional homóloga aumentou 2,7 pontos na escala de 0 a 200 pontos.

Apesar deste ténue incremento, em termos globais, o desempenho nos exames nacionais dos alunos da ESCT foi positivo em termos absolutos (média global de 118,8 na escala de 200 pontos). Importa, contudo, salientar, como se observa no gráfico abaixo, um conjunto de disciplinas - Matemática A, Biologia e Geologia, Física e Química A e Economia A - que obtêm resultados díspares relativamente à média nacional.

Como podemos constatar no mesmo gráfico, em 2021/22, os alunos internos da ESCT realizaram exames nacionais em nove disciplinas (disciplinas com mais de 10 provas). Comparando as médias obtidas, por disciplina, verifica-se que a ESCT teve médias superiores às nacionais em quatro casos (Português, Desenho A, Geometria Descritiva A e Matemática Aplicada às Ciências Sociais) e médias inferiores às nacionais em cinco casos, como podemos confirmar na tabela (cf. pág. 15).

Evolução das médias dos alunos internos da ESCT nos exames nacionais

Médias dos alunos internos* em pontos Exames Nacionais (>10 alunos)	2021-2022				2020-2021				2019-2020				2018-2019				2017-2018				2016-2017				2015-2016				2014-2015				2013-2014				
	Nº alunos**	Méd. ESCT	Méd. Nac.	Dif. (E-N)	Nº alunos**	Méd. ESCT	Méd. Nac.	Dif. (E-N)	Nº alunos**	Méd. ESCT	Méd. Nac.	Dif. (E-N)	Nº alunos	Méd. ESCT	Méd. Nac.	Dif. (E-N)	Nº alunos	Méd. ESCT	Méd. Nac.	Dif. (E-N)	Nº alunos	Méd. ESCT	Méd. Nac.	Dif. (E-N)	Nº alunos	Méd. ESCT	Méd. Nac.	Dif. (E-N)	Nº alunos	Méd. ESCT	Méd. Nac.	Dif. (E-N)					
623 - História A	9	123	123	0	11	153	129	24	15	162	134	28	54	123	104	19	45	107	95	12	70	111	103	8	46	107	94	13	42	110	107	3	56	99,4	98,3	1,1	
635 - Matemática A	104	117	119	-2	70	96	106	-10	97	122	133	-11	181	113	115	-2	86	113	109	4	109	111	112	-1	105	123	109	14	94	139	121	18	108	99	90	9	
639 - Português	70	110	109	1	66	122	120	2	70	124	120	4	214	111	118	-7	164	112	110	2	206	102	110	-8	182	107,4	106,6	0,8	184	112	110	2	197	116,3	114,9	1,4	
706 - Desenho A	18	154	141	13	20	126	138	-12	19	145	147	-2	17	126	138	-12	18	127	134	-7	22	115	134	-19	15	142	129	13	24	122	131	-9	35	118	129	-11	
517 - Francês (continuação bienal)																																					
702 - Biologia e Geologia	42	98	108	-10	45	116	120	-4	45	143	140	3	58	104	107	-3	78	112	109	3	68	97	101	-4	90	98,3	99,6	-1,3	91	83	90	-7	101	114	108	6	
708 - Geometria Descritiva A	20	120	104	16	18	128	124	4	22	102	112	-10	39	104	135	-31	31	119	114	5	21	136	115	21	17	125	110	15	17	142	122	20	19	121	113	8	
712 - Economia A	49	109	118	-9	31	132	122	10	43	144	126	18	38	107	120	-13	36	119	113	6	23	145	118	27	23	127	107	20	24	122	115	7	19	95	101	-6	
714 - Filosofia	5	112	111	1	2				8	95	130	-36	44	75	98	-23	55	101	111	-10	53	107	105	2	94	87	105	-18	77	98	108	-10	52	100,1	101,2	-1,1	
715 - Física e Química A	47	107	117	-10	81	101	98	3	51	130	132	-2	71	91	100	-9	76	124	106	18	57	108	96	12	52	125	108	17	68	112	99	13	80	104	89	15	
719 - Geografia A	12	116	116	0	18	98	107	-9	19	131	136	-5	77	102	103	-1	89	110	116	-6	67	105	110	-5	92	110	113	-3	67	102	112	-10	63	108,5	108	0,5	
723 - História B																																					
724 - História da Cultura e das Artes	7	139	123	16	2				14	120	139	-19	20	117	119	-2	14	68	96	-28	15	99	98	1	21	64	101	-37	19	104	96	8	23	95,5	96,6	-1,1	
734 - Literatura Portuguesa																										8	115	104	11	16	105,3	105,1	0,2				
735 - Matemática B																																					
835 - Matem. Aplic. às Ciências Sociais	19	121	105	16	13	93	107	-14	34	106	95	11	33	122	110	12	42	120	102	18	37	109	101	8	29	141	114	27	6	143	123	20	21	97,6	98,7	-1,1	
RESULTADOS GERAIS	402	118,8	116,2	2,7	377	116,5	117,1	-0,6	437	126,9	128,7	-1,8	846	107,9	113,9	-6,0	734,0	111,0	109,6	1,4	748	112,1	108,6	3,5	774	113,2	107,7	5,5	729	114,9	110,7	4,2	788	109,6	105,8	3,7	

* Alunos que frequentaram a disciplina no ano letivo em análise.



Disciplinas com menos de 10 provas

** A diminuição acentuada do número de alunos deveu-se ao facto da realização da prova deixar de ser obrigatória para efeitos de conclusão do ensino secundário, sendo apenas considerada para efeitos de ingresso

Evolução dos resultados dos exames nacionais - variação global (2014-2022) (disciplinas com mais de 10 provas)



- Divergência entre a média da ESCT e a média nacional (apenas exames com mais de 10 provas)
- N.º de disciplinas com média superior à média nacional
- Total de disciplinas com exame nacional

2.4. RESULTADOS DO INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR

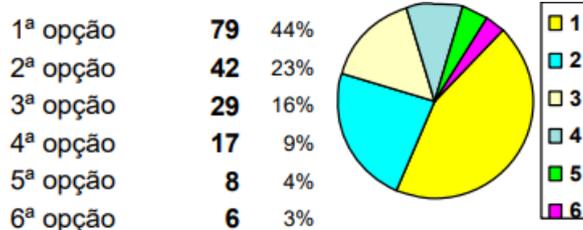
No que diz respeito à taxa de colocação no ensino superior público (1ª fase do concurso nacional de acesso), inscreveram-se para os exames nacionais de acesso ao ensino superior (ou para conclusão dos cursos do ensino secundário) 433 alunos (cf. ENES 2022). Destes, 253 (58%) tencionavam apresentar a respetiva candidatura. Contudo, apenas 208 (82%) concretizaram a sua intenção, tendo ficado colocados 181 (87%) alunos /candidatos.

Para estes resultados tem sido determinante o processo de orientação e de apoio à candidatura disponibilizado pelo GAAF – Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família.

Deve ser salientado que este ano letivo, atendendo ao contexto de pandemia que se viveu, fica marcado por diversas circunstâncias (aulas a distância, alterações a nível dos exames, para além dos problemas de carácter familiar no domínio da saúde), que necessariamente interferiram com os resultados obtidos, bem como com as intenções de frequência do ensino superior.

Apesar dos resultados dos exames nacionais terem ficado um pouco aquém do esperado, ainda que em recuperação face aos anos letivos de 2018/2019 a 2020/2021, quer na comparação com os nacionais, quer na comparação com os objetivos fixados no 2º Contrato de Autonomia, considera-se a taxa de colocação no Ensino Superior um indicador positivo para avaliar a qualidade da intervenção desta escola no tecido socioeconómico local e nacional.

1. [Alunos colocados por opção]



2. [Alunos colocados por Estabelecimento de Educação]

Curso de ensino superior	Colocados	Opcão coloc.
9500 Enfermagem	7	2,43
L215 Engenharia e Gestão de Sistemas de Informação	6	1,33
9056 Contabilidade	5	2,60
9119 Engenharia Informática	5	1,60
9723 Design de Ambientes	5	1,40
9813 Medicina	5	1,80
L188 Ciência de Dados	5	2,00
9002 Administração Pública	4	1,75
9023 Ciências da Comunicação	4	2,50
9074 Design Industrial	4	1,75
9089 Engenharia Civil	4	1,00
9096 Engenharia de Materiais	4	2,75
9126 Engenharia Química e Biológica	4	2,00
9147 Gestão	4	2,50
9219 Psicologia	4	1,75

2.5. COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR

No ano de 2021/22, matricularam-se na ESCT 904 alunos, organizados em 38 turmas, 27 das quais nos 4 cursos científico-humanísticos oferecidos pela ESCT e 11 nos 7 cursos profissionais em funcionamento.

De acordo com os dados da plataforma MISI, 278 alunos (cerca de 30,8% da população discente) matriculados nos cursos científico-humanísticos e de educação e formação profissional estava enquadrada pela Ação Social Escolar (escalões A e B, correspondentes aos escalões 1 e 2 de Abono de Família). Entre os alunos na situação referida, 123 (44,2%) reuniram condições para usufruir da Bolsa de Mérito. Este número decresceu face ao ano letivo 2020/2021, em que foram atribuídas, nas mesmas circunstâncias 170 Bolsas de Mérito.

DADOS RELATIVOS ÀS BOLSAS DE ASE ATRIBUÍDAS AOS ALUNOS DA ESCT

BOLSAS DE MÉRITO (ASE)	ANOS DE REFERÊNCIA			
	10º Ano	11º Ano	12º Ano	Total
CCH	36	38	25	99
CP	4	9	11	24

DADOS RELATIVOS À APROVAÇÃO, RETENÇÃO, TRANSFERÊNCIAS, ANULAÇÕES DE MATRÍCULAS E DESISTÊNCIAS

Ensino Sec.	Matrículas 2021/2022	Abandonos/ Saídas						Frequência		Aprovados		Retidos	
		AM	%	EF	%	Trf	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS													
10º Ano	237	0	0,0%	0	0,0%	7	3,0%	230	97,0%	226	98,3%	4	1,7%
11º Ano	197	0	0,0%	0	0,0%	3	1,5%	193	98,0%	192	99,5%	1	0,5%
12º Ano	216	3	1,4%	0	0,0%	4	1,9%	209	96,8%	207	99,0%	0	0,0%
Total CCH	650	3	0,5%	0	0,0%	14	2,2%	632	97,2%	625	98,9%	5	0,8%
CURSOS PROFISSIONAIS													
1º ANO	66	0	0,0%	0	0,0%	4	6,1%	62	93,9%	62	100,0%	0	0,0%
2º ANO	88	3	3,4%	1	1,1%	1	1,1%	83	94,3%	83	100,0%	0	0,0%
3º ANO	100	1	1,0%	0	0,0%	1	1,0%	98	98,0%	90	91,8%	8	8,2%
Total CP	254	4	1,6%	1	0,4%	6	2,4%	243	95,7%	235	96,7%	8	3,3%

Saída precoce durante o ano letivo*

Ensino Sec.	Totais	AM+EF	%
10º Ano	303	0	0,0%
11º Ano	285	4	1,4%
12º Ano	316	4	1,3%
Totais	904	8	0,9%

* ESTE INDICADOR DE SAÍDA PRECOCE NÃO REFLETE EVENTUAIS SAÍDAS OU RE-INGRESSOS NA TRANSIÇÃO ENTRE ANOS LETIVOS.

Taxa de Retenção e Desistência (R&D)

Ensino Sec.	Escola Secundária de Caldas das Taipas								Nacional**
	Alunos*	Desist.	%	Retidos	%	R&D	%	R&D	
10º Ano	292	0	0,0%	4	1,4%	4	1,4%	n.d.	
11º Ano	281	4	1,4%	1	0,4%	5	1,8%	n.d.	
12º Ano	311	4	1,3%	8	2,6%	12	3,9%	n.d.	
Totais	884	8	0,9%	13	1,5%	21	2,4%	n.d.	

* Para o cálculo deste indicador retirou-se ao total de alunos matriculados os alunos transferidos

** Até à data não foi possível conhecer estes valores.

Fonte: Programa INOVARalunos, dados da MISI

Na área do combate ao abandono desqualificado foram superados os objetivos, ainda que no 12º ano se verifique uma percentagem mais elevada deste indicador. Destaca-se a inexistência de abandonos de alunos em idade de escolaridade obrigatória (menores de 18 anos), ou seja, de casos de abandono escolar precoce. As saídas precoces, durante o ano letivo, são percentualmente residuais, mas merecem preocupação.

1º Objetivo Operacional do 2º Contrato de Autonomia - atingir ou aproximar o abandono de 0%.

Área	Objetivos operacionais	Descrição do indicador de medida	2021/22	
1 - Combater o abandono desqualificado	1.1 - Garantir taxas de <i>Abandono Escolar Precoce</i> inferiores a 1% entre os alunos em idade de escolaridade obrigatória.	Percentagem de alunos matriculados com idade de escolaridade obrigatória, por ano de escolaridade, que interromperam a frequência da ESCT, durante o ano letivo, sem inserção subsequente noutra oferta formativa.	10º	0%
			11º	0%
			12º	0%
	1.2 - Conter a taxa de <i>Saída Antecipada</i> abaixo de 10%.	Percentagem global de alunos matriculados no ano letivo de 2021/22 que saíram da ESCT sem ter concluído o Ensino Secundário e não se encontrem matriculados até ao final do mês de outubro de 2022, salvo se a saída estiver associada a uma transferência.	s/d	
	1.3 - Aproximar a <i>taxa de 2ºs matrículas no 10º ano</i> para níveis equivalentes a 100% dos alunos retidos no 10º ano no ano letivo anterior.	Rácio percentual entre o nº de reingressos no 10º ano para o ano letivo de 2021/22 e nº de alunos retidos no 10º ano do ano letivo 2020/21.	s/d	
	1.4 – Garantir uma <i>taxa de abandono escolar durante o ano letivo</i> inferior a 5% entre os alunos matriculados no 10º ano.	Percentagem de alunos matriculados no 10º ano que saíram por anulação de matrícula ou exclusão por faltas, i.e., sem inserção imediata noutra oferta formativa.	0,0%	
	1.5 – Garantir uma <i>taxa de abandono escolar durante o ano letivo</i> inferior a 5% entre os alunos matriculados no 11º ano.	Percentagem de alunos matriculados no 11º ano que saíram por anulação de matrícula ou exclusão por faltas, i.e., sem inserção imediata noutra oferta formativa.	1,4%	
1.6 – Garantir uma <i>taxa de abandono escolar durante o ano letivo</i> inferior a 5% entre os alunos matriculados no 12º ano.	Percentagem de alunos matriculados no 12º ano que saíram por anulação de matrícula ou exclusão por faltas, i.e., sem inserção imediata noutra oferta formativa.	1,3%		

2.6. A QUALIDADE DO SUCESSO ESCOLAR

2º Objetivo Operacional do 2º Contrato de Autonomia - Aumentar a taxa global de sucesso escolar para níveis superiores à média nacional

Área	Objetivos operacionais	Descrição do indicador de medida	2021/22	
2 - Promover o sucesso escolar	2.1 - Garantir uma taxa global de aprovação no 10º ano superior a 90,0%.	Percentagem de alunos aprovados no 10º ano, entre os que frequentaram até ao final do ano letivo, depois de retirados os alunos que abandonaram parte das disciplinas ou áreas curriculares para reingressar noutros cursos. (NA: Não se consideram os alunos finalistas nem os já diplomados com o Ensino Secundário.)	98,6%	
	2.1.1 - Garantir taxas globais de aprovação no 10º ano superiores a 85,0% em todos os cursos	Percentagem de alunos aprovados por curso, entre os que frequentaram até ao final do ano letivo, depois de retirados os alunos que abandonaram parte das disciplinas ou áreas curriculares para reingressar noutros cursos. (NA: Não se consideram os alunos finalistas nem os já diplomados com o Ensino Secundário. Contagem do número de cursos que atingem e que falham o objetivo.) CCH – média 97,1%; CP – média 94%	nº ↑	7
			nº ↓	1
	2.2 - Garantir uma taxa global de aprovação no 11º ano superior a 94,0%.	Percentagem de alunos aprovados no 11º ano, entre os que frequentaram até ao final do ano letivo, depois de retirados os alunos que abandonaram parte das disciplinas ou áreas curriculares para reingressar noutros cursos. (NA: Não se consideram os alunos finalistas nem os já diplomados com o Ensino Secundário.)	99,6%	
	2.2.1 - Garantir taxas globais de aprovação no 11º ano superiores a 90,0% em todos os cursos.	Percentagem de alunos aprovados por curso, entre os que frequentaram até ao final do ano letivo, depois de retirados os alunos que abandonaram parte das disciplinas ou áreas curriculares para reingressar noutros cursos. (NA: Não se consideram os alunos finalistas nem os já diplomados com o Ensino Secundário. Contagem do número de cursos que atingem e que falham o objetivo.) CCH – média 99%; CP – média 98%	nº ↑	8
			nº ↓	1
	2.3 - Garantir uma taxa global de conclusão no 12º ano superior a 75,0%.	Percentagem de alunos que concluíram a qualificação escolar e profissional, entre os que mantiveram a frequência até essa conclusão.	96,7%	
	2.3.1 - Garantir uma taxa global de conclusão dos cursos orientados para o prosseguimento de estudos superior a 65,0%. [Cursos Científico-Humanísticos]	Percentagem de alunos finalistas que obtiveram o seu diploma de curso secundário, entre os que frequentaram pelo menos uma disciplina até ao final do ano letivo. (NA: Não se consideram os já diplomados com o Ensino Secundário em anos anteriores)	99,0%	
	2.3.2 - Garantir uma taxa global de conclusão do 12º ano dos cursos qualificantes superior a 85,0%. [Cursos Profissionais]	Percentagem de alunos que concluíram a qualificação escolar e profissional, entre os que mantiveram a frequência até essa conclusão. (NA: consideram-se todas as conclusões, independentemente do momento do ano escolar em que se verificarem)	91,8%	
	2.4 - Obter nos exames nacionais, entre os alunos internos, médias de exame superiores às médias nacionais [Cód.: 623, 635, 639, 706; 702, 708, 712, 714, 715, 719, 724 e 835]	Diferenciais entre as médias das notas de exame da 1ª fase dos alunos internos da ESCT e as médias nacionais e contagem do número de casos com diferencial positivo e do número de casos com diferencial negativo ou nulo. [NA: consideram-se apenas os alunos internos para aprovação e só os resultados dos alunos das Escolas Públicas nos mesmos códigos. O objetivo considera-se alcançado quando a média dos alunos da ESCT for superior à média nacional na maioria dos casos.]	nº ↑	4
			nº ↓	4
	2.5 - Promover a paridade de matrículas em cursos de prosseguimento de estudos e em cursos qualificantes de nível secundário.	Comparação entre o número de turmas constituídas para o ano inicial dos diferentes cursos, agregados segundo as duas categorias definidas (CPE – Cursos para Prosseguimentos de Estudos e CQ – Cursos Qualificantes), se não forem impostas restrições externas à composição da oferta.	CPE	10 ⁽¹⁾
			CQ	3 ⁽¹⁾
2.6 - Obter a colocação de mais de 90,0% dos candidatos à 1ª fase do concurso de acesso ao ensino superior público para 2020/21 ou, pelo menos, um valor superior à média nacional.	Comparação das taxas de colocação na 1ª fase do concurso de acesso ao ensino superior público (ESCT e Nacional). [NA.: Este indicador considera todos os candidatos, internos e externos, que conheçam através da ESCT, tenham ou não realizado provas de ingresso no ano em causa.]	ESCT	87% 92,6% ⁽²⁾	
		Nac.	81,0%	

⁽¹⁾ turmas mistas compostas por 2 cursos científico humanísticos ou 2 cursos de ensino e formação profissional.

⁽²⁾ Taxa de colocação na 1ª fase, de alunos internos, do concurso nacional de acesso ao ensino superior público.

Fontes: Relatório da Comissão de Autoavaliação; Programa Inovaralunos; dados da MISI; dados ENES 2021.

3. PROJETO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

“4. Promover a igualdade de oportunidades, aumentar os níveis de qualificação das populações locais, valorizar o mérito.

4.1. Garantir entre os alunos mais desfavorecidos níveis de realização dos objetivos e metas definidas (...) iguais ou superiores aos restantes alunos.”

Objetivos operacionais do 2º Contrato de Autonomia, p. 9, 2013

AÇÃO DA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA (EMAEI) (CF. RELATÓRIO ANUAL EMAEI)

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A EMAEI apresentou o seu Plano de Ação, no início do ano letivo, no qual se definiram como metas: proporcionar a todos os alunos o acesso às medidas de suporte à aprendizagem, em qualquer momento do seu percurso escolar, em função das necessidades educativas diagnosticadas; assegurar o desenvolvimento das áreas de competências definidas no PASEO e promover a operacionalização da educação inclusiva através implementação da abordagem multinível em educação e do desenho universal para a aprendizagem. O referido documento estabelece objetivos e define um conjunto de ações no sentido de concretizar as atribuições desta estrutura educativa.

- a) Com o objetivo de sensibilizar a comunidade educativa para a inclusão, a Equipa realizou várias ações:
 - a. Incentivo à reflexão e a partilha sobre as práticas de educação inclusiva junto dos docentes, através das reuniões de conselhos de turma.
 - b. Articulação com o Centro de Formação Francisco de Holanda, que intermediou a deslocação de uma especialista à escola para apoiar os seus elementos na melhoria da capacidade de intervenção, particularmente junto dos docentes.
 - c. Participação nas sessões “Em Rede - Comunidades Profissionais de Aprendizagem/ Rede da Educação Inclusiva”, com início em janeiro e término em julho de 2022.
 - d. Participação de elementos da EMAEI nas sessões de trabalho de várias equipas, nomeadamente Conselho de Diretores de Turma, Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular e Programa de Desenvolvimento Digital das Escolas, com o objetivo de incrementar a articulação entre a EMAEI e as demais estruturas educativas.
 - e. Articulação permanente com o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família.
- b) Na proposta de medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar, a Equipa analisou, no início do ano letivo, todos os processos individuais de alunos que ingressaram no 10º ano de escolaridade com medidas seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão.

Reuniu com os respetivos conselhos de turma e solicitou aos docentes a realização de uma monitorização sistemática dos progressos dos alunos para avaliar a sua evolução e desempenho, com o objetivo de avaliar as necessidades específicas e de orientar as intervenções a implementar, procurando garantir a todos os alunos o acesso aos apoios necessários de modo a concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento. A análise compreensiva das informações permitiu reavaliar as medidas a implementar. Ao longo do ano letivo foram apresentadas ao diretor diversas fichas de identificação de necessidade de medidas, que a Equipa analisou e encaminhou conforme definido no artigo 20º do Decreto-lei n.º 54/2018, na sua redação atual. Em todas as situações analisadas os encarregados de educação dos alunos foram chamados a participar e a intervir.

- c) Acompanhamento, monitorização e avaliação da aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão: fez-se um trabalho de articulação de estratégias com a Direção, procurando alocar os recursos materiais e humanos disponíveis à operacionalização das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Com o objetivo de decidir os apoios caso a caso e de respeitar as necessidades de cada aluno, direcionaram-se alunos para a Oficina de Conhecimento, indicaram-se alunos para apoios individuais e turmas com necessidades de coadjuvações em sala de aula. A Equipa colaborou com a Direção na fundamentação de pedidos de recursos adicionais, quando os que existem na escola se revelaram insuficientes. A mobilização das medidas foi acompanhada e monitorizada ao longo de todo o ano letivo, através de momentos de partilha e contactos formais e informais com os diretores de turma e com os restantes docentes. A avaliação das medidas foi realizada formalmente nas reuniões de conselhos de turma de avaliação e registada nas respetivas grelhas. Este trabalho de acompanhamento, monitorização e avaliação é realizado também com o Centro de Recursos para a Inclusão das CERCIGUI, através de reuniões periódicas, onde são monitorizados e avaliados os resultados da parceria entre a escola e a referida instituição.
- d) Os docentes foram apoiados na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, havendo sempre disponibilidade para responder às suas solicitações numa perspetiva de colaboração. Foi prestado apoio em diversas atividades, tais como a identificação de barreiras à aprendizagem, a seleção de estratégias adequadas às especificidades dos alunos, a definição e planificação de adaptações curriculares ou a implementação de adaptações no processo de avaliação.
- e) A Equipa elaborou os relatórios técnico -pedagógicos dos alunos para os quais foram mobilizadas medidas seletivas, assim como os programas educativos individuais e os planos individuais de transição, para os alunos com a medida adicional adaptações curriculares significativas, ouvindo sempre os pais/encarregados de educação e outros elementos da escola

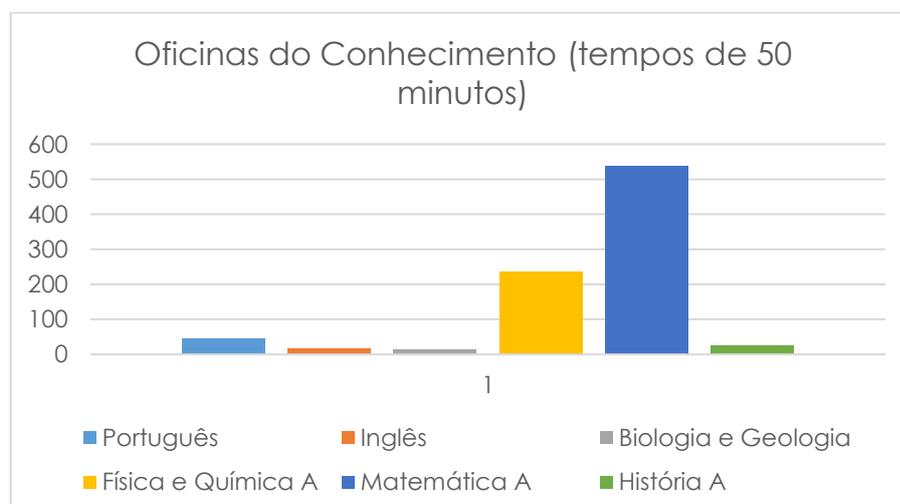
e da comunidade, com conhecimento acerca do aluno e dos seus contextos. De referir que todos os prazos definidos na legislação foram rigorosamente respeitados.

f) Foi realizada a articulação com os responsáveis pelas diversas valências que compõem o Centro de Apoio à Aprendizagem, visando alcançar os objetivos específicos desta estrutura de apoio. O Centro de Apoio à Aprendizagem, enquanto estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais da escola, visa apoiar sempre a inclusão de todos os alunos, promovendo e ajudando o acesso à formação dos mesmos bem como a sua participação e vida autónoma. Da monitorização efetuada, utilizando como indicador a utilização/participação nas diversas valências, retiram-se as seguintes conclusões:

- a. Sala de apoio especializado de Educação Especial (sala 4.1.5) - no espaço desta sala, os alunos que beneficiam cumulativamente de Medidas Seletivas e Medidas Adicionais foram orientados pelas docentes de Educação Especial na realização de várias atividades relacionadas com diversos domínios, expondo, sempre que possível, o resultado final dos trabalhos realizados. Estas atividades foram sempre pensadas e planificadas de forma a ir ao encontro das necessidades reais de cada um dos discentes, fazendo com que se sentissem aptos e capazes de superar com sucesso as atividades propostas, tornando-os mais motivados e autónomos. Para além disto, foi prestado Apoio Pedagógico ao nível de desenvolvimento de competências específicas da leitura, escrita, raciocínio abstrato, cálculo, atenção e concentração e, ainda, técnicas direcionadas à organização do estudo, valorizando a utilização dos recursos disponibilizados pela escola como o computador, jogos didáticos digitais e sempre em articulação com os respetivos Conselhos de Turma. Como suporte aos docentes responsáveis pelas turmas, no CAA também se promoveu o trabalho colaborativo que abrange as planificações conjuntas de atividades, definições de estratégias e materiais adequados, colaboração na definição das adaptações curriculares significativas e organização do processo de transição para a vida pós-escolar.
- b. Biblioteca Escolar/CRE – os alunos foram auxiliados na pesquisa de recursos de apoio, disponibilização de recursos materiais e digitais, apoio ao estudo e utilização como espaço de lazer. Esta valência incentivou a promoção de hábitos de leitura e a participação em diversas atividades, promovendo a inclusão de alunos com necessidades específicas, bem como o incentivo a práticas de excelência escolar.
- c. Projetos e Clubes – Foram desenvolvidas várias atividades pelos diversos projetos e clubes da escola, assentes nos princípios da educabilidade universal, da equidade e da inclusão. Estas atividades visaram o desenvolvimento de competências académicas, pessoais e sociais, permitindo operacionalizar medidas universais como o enriquecimento curricular e a promoção do comportamento pró-social. Alguns

exemplos são: Programa PEGADAS, Projeto ERASMUS; Projeto Flags; Projeto Eco-escolas, Projeto Educação para a Cidadania; Desporto Escolar; Projeto Rato de Biblioteca, Programa de Mentorias, Projeto de Intervenção Cívica, Projeto Educação para a Saúde, Programa Mais Contigo, Academia de Líderes Ubuntu; Projeto PENSAMENTE; Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário; PEP – CJ: Promoção de Experiências Positivas em Crianças e Jovens; Discursos Multimédia; Nós Propomos; Clubes Comunitários; Clube de Inglês; À Descoberta da Ciência; Café com Letras; Clube de Ciência Viva; Poemas musicados; Afinal, estudar pode ser fácil; Clube Robótica; Ao sabor dos livros; Apps for Good.

- d. Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família: esta estrutura, constituída pela psicóloga escolar, pela técnica de serviço social e pela animadora sociocultural (técnica especializada no âmbito do Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário), trabalhou ao longo de todo o ano em articulação com a EMAEI, na identificação e sinalização de alunos em risco, na identificação de medidas de suporte à aprendizagem e na articulação com os encarregados de educação e com diversas instituições, atuando de forma proativa e preventiva. Vários projetos supra referidos são da responsabilidade deste gabinete, direcionados para as várias necessidades de intervenção identificadas.
- e. Oficina do Conhecimento - Recurso enquadrado nas respostas educativas que a escola mobiliza para todos os alunos. Permite operacionalizar a intervenção com foco académico em pequenos grupos. Este espaço contou com a presença de docentes de várias disciplinas para apoio aos alunos. Os registos de presenças indicam que as disciplinas mais procuradas por parte dos alunos são Matemática A e Física e Química A.



- f. Aulas de Apoio Individualizado/Grupo muito reduzido - este apoio, essencialmente para a operacionalização da medida seletiva “Antecipação e Reforço das

Aprendizagens”, foi direcionado para as disciplinas de Matemática A, Física e Química A, Português e Inglês, conforme previsto nos relatórios Técnico-Pedagógicos dos alunos.



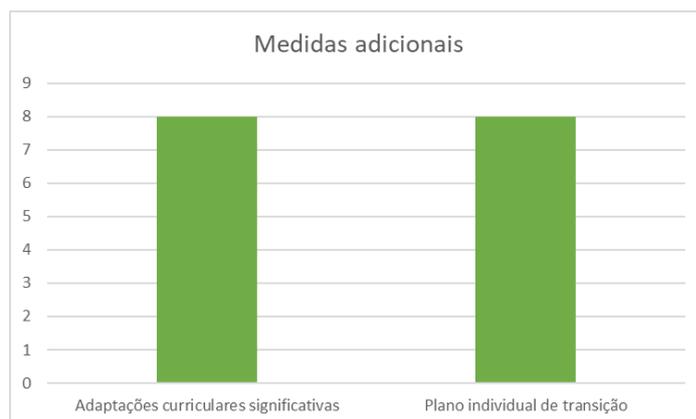
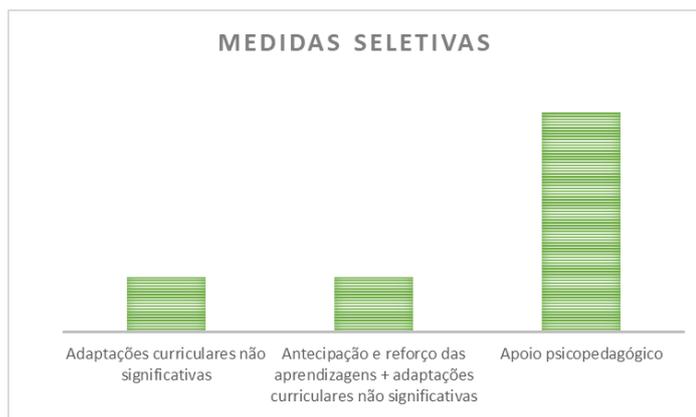
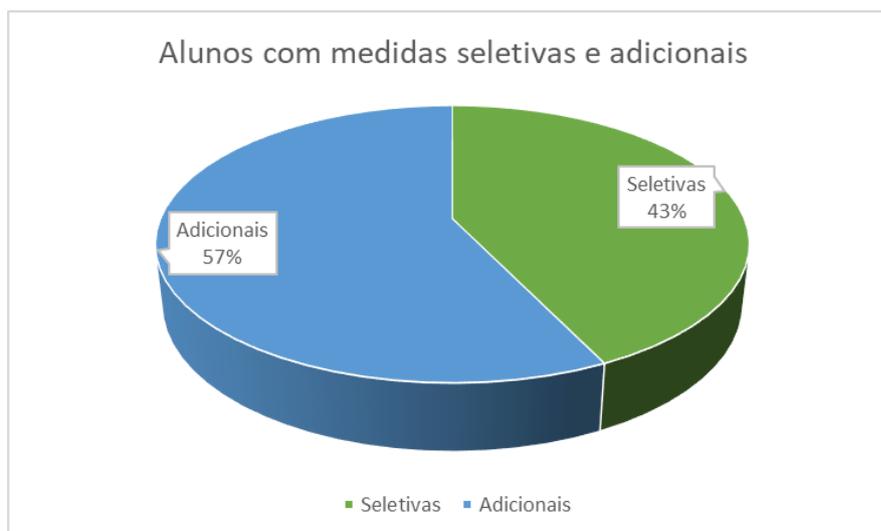
Para além das competências legalmente definidas, importa ainda destacar o trabalho realizado com outras escolas, numa lógica de trabalho colaborativo e de partilha de experiências e de boas práticas, no sentido de operacionalizar a frequência do ensino secundário por parte dos alunos com medidas adicionais e de dar continuidade à mobilização de medidas universais e seletivas para alunos com necessidades específicas. No final do ano letivo realizaram-se reuniões com os vários Agrupamentos de Escolas do meio (Agrupamento de Escolas das Taipas, Agrupamento de Escolas de Briteiros, Agrupamento de Escolas Arquêólogo Mário Cardoso e Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar), no sentido de recolher informações sobre os alunos que irão frequentar a ESCT no próximo ano letivo, em particular aqueles para os quais foram mobilizadas medidas seletivas e adicionais, de modo a analisar e prevenir a existência de recursos necessários para proporcionar uma resposta adequada à diversidade das necessidades e potencialidades de todos.

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

1. INÍCIO DO ANO LETIVO

Alunos com medidas seletivas e adicionais.

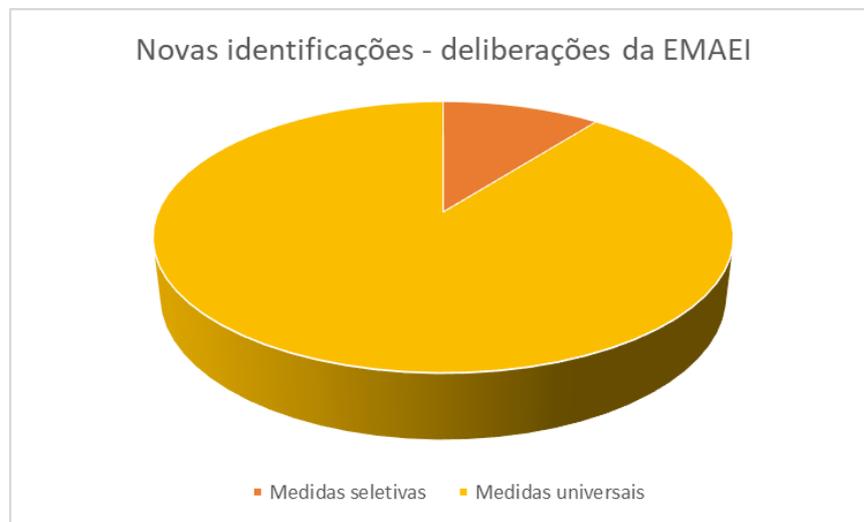
No início do ano letivo estavam matriculados 14 alunos com medidas seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, sendo 6 apenas com medidas seletivas e 8 com medidas seletivas e adicionais.



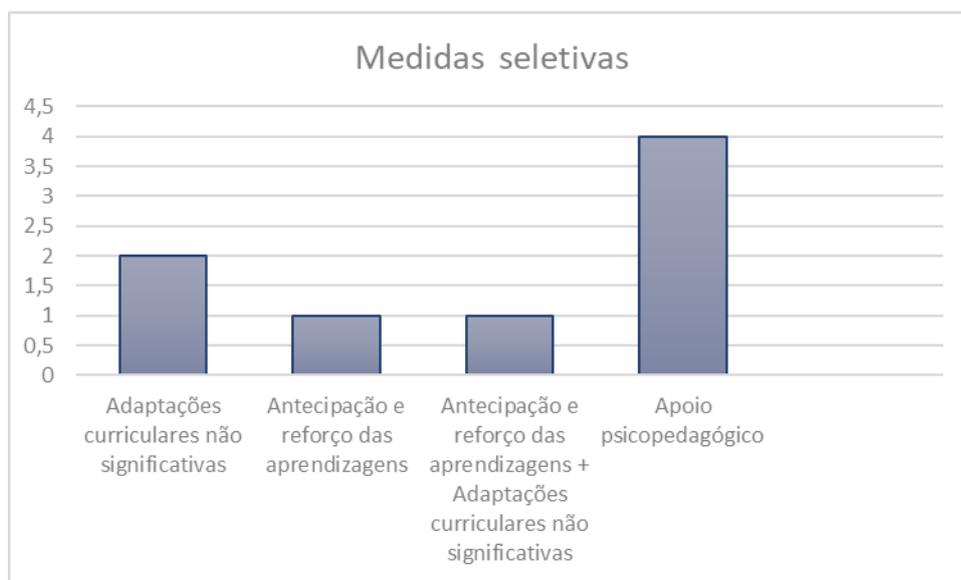
2. IDENTIFICAÇÃO DE MEDIDAS DURANTE O ANO LETIVO

Ao longo do ano foram apresentadas ao Diretor da ESCT 19 fichas de identificação de necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Após a sua análise, a EMAEI concluiu que, em 17 casos, apenas deveriam ser mobilizadas medidas universais, pelo que devolveu o processo ao Diretor;

em 2 casos foi proposta a mobilização de medidas seletivas, tendo sido elaborados os Relatórios Técnico-Pedagógicos.

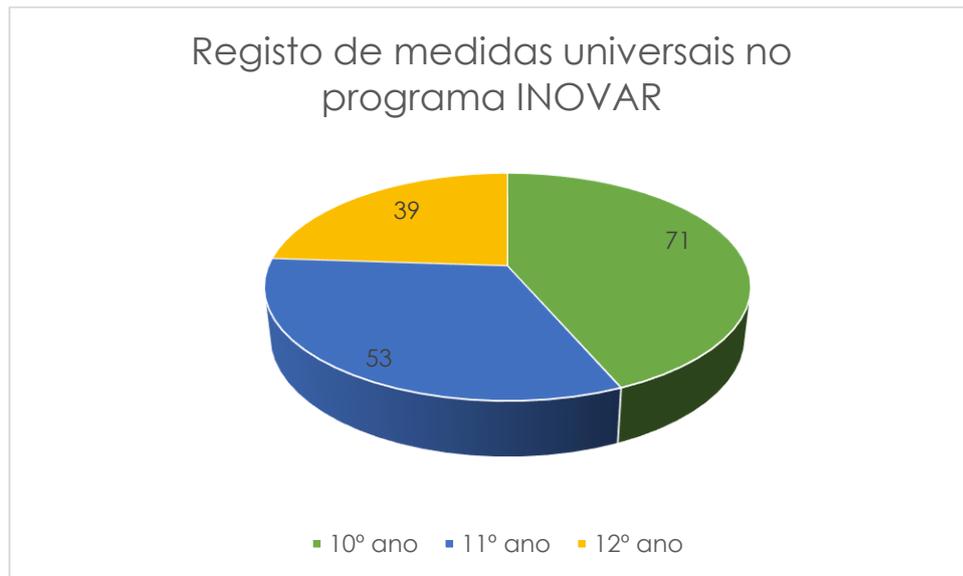


Após a mobilização das medidas propostas, estas ficaram assim distribuídas;



3. MEDIDAS UNIVERSAIS REGISTADAS NO INOVAR

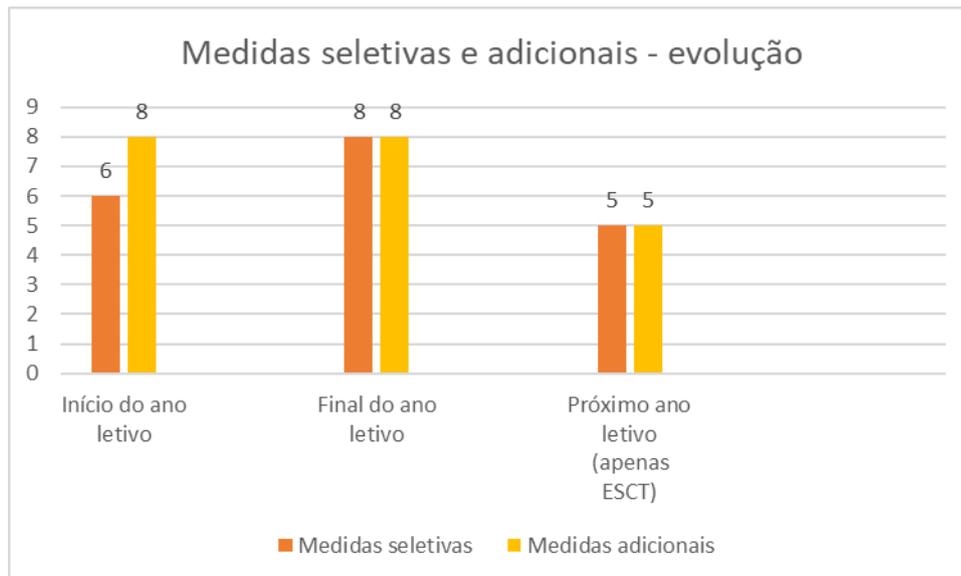
A Equipa recomenda que o registo das medidas universais seja efetuado no programa INOVAR, o que permite conhecer, a todo o momento, quais os alunos para os quais foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. No final do ano letivo verifica-se a existência de um total de 163 registos, assim distribuídos por ano de escolaridade:



4. SITUAÇÃO NO FINAL DO ANO LETIVO

Após a monitorização e a avaliação das medidas seletivas e adicionais, no final do ano letivo, verificou-se a seguinte situação:

- 2 alunas com medidas seletivas concluíram com sucesso o 12º ano e pretendem candidatar-se ao ensino superior;
- 1 aluna com medidas seletivas e adicionais concluiu com sucesso a escolaridade obrigatória e encontra-se a frequentar um curso profissional destinado a pessoas com deficiência ou incapacidade com a escolaridade obrigatória concluída e idade igual ou superior a 18 anos, visando o seu ingresso no mercado de trabalho;
- 1 aluno com medidas seletivas e adicionais faleceu em maio de 2022;
- 2 alunos (um aluno com medidas seletivas e adicionais e um aluno com medidas seletivas) completaram 18 anos e ingressaram no mercado de trabalho sem completarem a escolaridade obrigatória;
- Para os restantes alunos foi proposta a manutenção das medidas no próximo ano letivo, com exceção de um aluno, cujo Conselho de Turma considera ser suficiente a mobilização de medidas universais.



Destaca-se que, em resultado das várias reuniões realizadas com as Equipas Multidisciplinares das escolas básicas da zona da ESCT, apurou-se que deverão ainda ingressar na escola, no próximo ano letivo, cerca de 20 alunos com medidas seletivas, cuja mobilização deverá ser reavaliada e 7 alunos com medidas adicionais, cujo perfil de funcionalidade, com dependência de adultos para todas as atividades básicas do dia-a-dia, irá requerer o reforço de recursos humanos e materiais.

CONCLUSÕES

Fazendo o balanço da atividade desenvolvida ao longo do ano letivo, conclui-se que a EMAEI cumpriu as suas funções e procurou dar solução a todas as situações apresentadas. Deu sempre resposta às propostas de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão a mobilizar, em função das fichas de identificação do aluno apresentadas; fez o acompanhamento, a monitorização e avaliação da aplicação das medidas; o aconselhamento aos outros docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas; deu apoio na elaboração de relatórios técnico- pedagógicos, programas educativos individuais e planos individuais de transição; apoio e esclareceu permanentemente dúvidas e/ou questões do corpo docente; contactou e reuniu, sempre que necessário, com diferentes entidades e encarregados de educação; analisou e avaliou os casos de novos alunos identificados com necessidade de implementar e/ou reformular medidas de suporte à aprendizagem e inclusão bem como procedeu sempre à avaliação da eficácia dessas mesmas medidas.

Foi possível observar os progressos registados por alunos com medidas adicionais que iniciaram o seu percurso no ensino secundário, não apenas em termos de conhecimentos adquiridos, mas sobretudo no que se refere à autonomia e envolvimento e participação na vida escolar, verificando-se o seu acesso aos mesmos contextos educativos dos seus pares.

Assim sendo, a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva identificou-se na concretização do seu regimento como resposta objetiva e assertiva da gestão do seu plano de ação e forma de intervenção, no qual refere o Centro de Apoio à Aprendizagem como um recurso organizacional que permite um contínuo de respostas educativas, com objetivos específicos, de modo a garantir os mecanismos de sustentabilidade da Educação Inclusiva.

Para tal, procurou-se sempre diversificar as atividades e ir ao encontro das necessidades reais de cada um dos discentes, fazendo com que se sentissem aptos e capazes de superar com sucesso as atividades propostas, tornando-os mais motivados e autónomos. O facto de, no CAA, se ter construído uma relação muito próxima com estes alunos, com base no afeto e companheirismo, transmitiu-lhes confiança e segurança face ao processo de ensino/aprendizagem, refletindo-se, também, em diversificados momentos de aprendizagem mútua.

No que se relaciona com os constrangimentos verificaram-se ao nível da insuficiência de recursos materiais e humanos para proporcionar uma resposta adequada a alunos com graves dificuldades em termos cognitivos e motores, tornando-se essencial promover formação para docentes e não docentes bem como incentivar a articulação de trabalho cooperativo com todos os agentes educativos e a EMAEI.

4. PROJETO EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

“Desenvolver competências para a adoção de um estilo de vida saudável.”

Objetivos – Projeto Educativo, Eixo Estratégico 3: promover o bem-estar, a felicidade e a realização pessoal.

A área da Promoção e Educação para a Saúde surge num contexto em que a Organização Mundial da Saúde em 2009 define como Escola Promotora da Saúde “uma escola que fortalece sistematicamente a sua capacidade de criar um ambiente saudável para a aprendizagem. A EPS é, assim, um espaço em que todos os membros da comunidade escolar trabalham, em conjunto, para proporcionar aos alunos, professores e funcionários, experiências e estruturas integradas e positivas que promovam e protejam a saúde”.

Nesta conjuntura a Direção-Geral da Educação apresentou o novo Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde (PAPES), que foi homologado por despacho do Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário em 3 de setembro de 2014, com enfoque nas seguintes áreas:

- Saúde Mental e Prevenção da Violência
- Educação Alimentar e Atividade Física
- Comportamentos Aditivos e Dependências
- Afetos e Educação para a Sexualidade.

A ESCT desde o ano letivo de 2006/2007 tem desenvolvido atividades promotoras de Educação para a Saúde, tendo alcançado a distinção Selo Escola Saudável – concedida às escolas que integrem e assumam nas suas práticas quotidianas a promoção da saúde e do bem-estar da comunidade educativa, no ano letivo 2018-2019, com a duração de dois anos, prolongando-se a atribuição desta distinção para o ano letivo de 2020-21, atendendo à situação pandémica atual.

A Educação para a Saúde desenvolve-se no sentido de alcançar os seguintes objetivos:

- Fomentar hábitos alimentares saudáveis na população escolar;
- Desenvolver competências para recusar comportamentos não desejados ou que violem a dignidade e os direitos pessoais;
- Aumentar a consciência sobre os efeitos do consumo das Substâncias Psicoativas;
- Proporcionar, aos alunos, conhecimentos que lhes permitam autonomia e consciência sobre a sua sexualidade;
- Promover o desenvolvimento integral do aluno, pela construção da sua personalidade, formação do carácter e desenvolvimento físico equilibrado;
- Dotar as crianças, os adolescentes e a comunidade escolar em geral, de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas e construtivas capazes de favorecer o seu equilíbrio e bem-estar futuro;

- Contribuir para que toda a comunidade escolar aprenda a gerir a saúde de modo informado, consciente, responsável e autónomo.

Destaca-se ainda a parceria estabelecida com a área da Saúde Escolar a cargo da Unidade Sol Invictus do Centro de Saúde de Caldas das Taipas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Elaboração do Plano Estratégico de Educação para a Saúde em parceria com a Saúde Escolar: Fornecer dados atualizados sobre a comunidade escolar do ano letivo de 2021-21 à Saúde Escolar; Planificar estratégias de intervenção educativa para a comunidade escolar de 2021-22.
- Seminários de Coordenação de atividades com a Saúde Escolar visando: implementar e monitorizar intervenções educativas ao longo do ano letivo; Encaminhar situações de saúde problemáticas para acompanhamento médico especializado.
- Divulgação dos documentos: MOD-ESCT-CD_PSI01-Plano de Saúde individual - Autorização Parental (PLANO DE SAÚDE INDIVIDUAL) , MOD-ESCT-CD_PSID01-Plano de Saúde Individual Diabetes - Autorização Parental (PLANO DE SAÚDE INDIVIDUAL – DIABETES TIPO 1); MOD-ESCT-CD_RAES01- Apoio Educação para a Saúde (Ficha de Referenciação para Atendimento).
- Ação de Formação: Educação para a Saúde destinada aos Diretores de Turma para: Uniformização de procedimentos de socorro na comunidade escolar; Divulgação e análise dos documentos de identificação de situações de saúde especiais – Plano de Saúde Individual e Plano de Saúde Individual – Diabetes tipo I; Divulgação do funcionamento do Gabinete de Educação para a Saúde. Apoio aos Diretores de Turma na análise dos documentos Plano de Saúde Individual e Plano de Saúde Individual – Diabetes tipo I de forma a verificar a necessidade de atendimento e encaminhamento para a Saúde Escolar.
- Dinamizar o Gabinete de Educação para a Saúde tendo em vista disponibilizar um espaço de privacidade onde os alunos podem encontrar aconselhamento, apoio, informação e formação na área da Saúde/Sexualidade; Dar resposta às principais dúvidas dos jovens na área da Saúde/Sexualidade, consumo de substâncias e outros problemas relacionados com a adolescência.
- Envolver a comunidade escolar em Ações de Sensibilização congruentes com a implementação da Educação para a Saúde, nomeadamente:
 - Comemoração do "Dia Mundial da Contraceção". Exploração de um Vídeo. Campanha de Sensibilização com a colaboração da Sociedade Portuguesa de Contraceção e Associação para o Planeamento da Família;

- Comemoração: "Dia Mundial do Coração". Exploração de um Vídeo de sensibilização com a colaboração da Associação Portuguesa de Intervenção Cardiovascular - Sociedade Portuguesa de Cardiologia;
- Atelier de Sensibilização - Construção da Roda dos Alimentos;
- Atividade de Sensibilização: "Alimentação Saudável";
- Evento de Degustação: Comer Saudável- Comer Bem! Parceria Didáxis Cooperativa de Ensino de Riba de Ave;
- Comemoração do "Dia da Alimentação" - Exposição;
- Workshop: Aprende a fazer Lanches Rápidos e Saudáveis;
- Comemoração do Dia Nacional de Luta Contra o Cancro da Mama. Campanha de Sensibilização: Liga Portuguesa contra o Cancro;
- Workshop: "Saber Socorrer: A utilização da EIPEN na Prevenção do Choque Anafilático "UCC Sol Invictus";
- Comemoração do "Dia Mundial da Pneumonia" em parceria com a Fundação Portuguesa do Pulmão;
- Atividade de Sensibilização - Caixa de Perguntas: Só os Anjos não têm Sexo! E agora?;
- Comemoração do "Dia Mundial da Diabetes": Exposição de Trabalhos;
- Comemoração do "Dia Mundial do Não Fumador": Exposição de Trabalhos e Vídeo de Sensibilização;
- Comemoração do "Dia Mundial de Luta Contra a SIDA": Projeção de um vídeo de sensibilização;
- Atividade de Diagnóstico: "Namorar é...";
- Comemoração do "Dia Mundial do Cancro": Apresentação de um documentário. Liga Portuguesa Contra o Cancro;
- Comemoração do "Dia dos Namorados": Construção de um Mural;
- Atividade de Sensibilização: "Sexualidade e Afetos". Centro de Medicina Digital P5 e Câmara de Guimarães;
- Atividade de Sensibilização: "Sexualidade, Contraceção e IST's". Saúde Escolar;
- Workshop: "Procedimentos de Socorro - Planos de Saúde Individual";
- Rastreio IMC e Tensão Arterial;
- Estudo do Comportamento Alimentar - "Construção do Diário Alimentar";
- Palestra: "Educação Sexual";
- Comemoração "Dia Mundial da Saúde". Apresentação Mesa Digital e Redes Sociais;
- Comemoração do "Dia Mundial da Hipertensão". Sociedade Portuguesa da Hipertensão;
- Atividade de Sensibilização: "Sexualidade, Comportamento Humano e Contraceção";

- Atividade de Sensibilização: "Saúde Mental";
- Concurso "Selo Escola Saudável";
- Comemoração do "Dia Mundial Sem Tabaco". Apresentação Mesa digital e Redes Sociais;
- Atividade de Sensibilização: "Alimentação e Sustentabilidade". Centro de Medicina Digital P5 e Câmara de Guimarães.

ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

No presente ano letivo foram recebidos e analisados os Planos de Saúde Individuais, que apresentavam notificações de condições especiais de saúde de alunos/as, e estabelecido o contacto com os respetivos Diretores de Turma para diligenciar os apoios necessários, atendendo ao registo e às informações fornecidas pelos Encarregados de Educação. Na sequência desta análise e quando se revelou necessário, realizaram-se atendimentos a alunos e respetivos Encarregados de Educação. Neste contexto apurou-se a necessidade de solicitar a colaboração da Saúde Escolar tendo-se procedido à Referenciação e encaminhamento de alunos/as para esta entidade, para apoio médico especializado.

Destaca-se o envolvimento dos Diretores de Turma em todo processo de elaboração da documentação necessária e apoio na referenciação e acompanhamento dos alunos, bem como a sua prestação nos cuidados de socorro adequados a cada situação de emergência.

O espaço disponibilizado no “Gabinete de Educação para a Saúde” tem sido essencial, pois permite uma confidencialidade imprescindível para a abordagem de questões pertinentes e íntimas, sobretudo na área da Educação Sexual. São frequentes dúvidas relacionadas com a eficácia dos vários Métodos Contracetivos, com destaque para a “Pílula” utilizada maioritariamente, mas frequentemente com total desconhecimento do Médico de Família e sem qualquer prescrição médica, o que acarreta, dúvidas generalizadas e comportamentos de risco em termos de saúde individual. O impacto da publicidade e a vivência quotidiana de episódios televisivos com histórias alucinantes desenvolve nos jovens adolescentes comportamentos preocupantes e dúvidas frequentes. O restrito diálogo familiar é propício ao permanecer de inquietudes, pelo que a adesão é total quando alguém demonstra disponibilidade para dar resposta a questões que os preocupam, e o contacto com os alunos tem sido assaz gratificante.

A Comunidade Educativa revelou um notável envolvimento nas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto, que se torna evidente não só pelo número de atividades implementadas bem como, pelo número de alunos/as que participaram nas mesmas.

As parcerias com diversas entidades como a Sociedade Portuguesa de Contraceção; a Associação para o Planeamento da Família; a Associação Portuguesa de Intervenção Cardiovascular - Sociedade

Portuguesa de Cardiologia; a Liga Portuguesa contra o Cancro e a Cruz Vermelha Portuguesa; Didáxis - Cooperativa de Ensino de Riba de Ave; Centro de Medicina Digital P5 e Câmara de Guimarães são também meios importantes para a salvaguarda e valorização da Educação para a Saúde, pois constituem um meio de potenciar sinergias e alcançar resultados que de modo autónomo muito dificilmente poderiam ser concretizados.

5. PROJETO PARA A AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR

*“4. Promover a igualdade de oportunidades, aumentar os níveis de qualificação das populações locais, valorizar o mérito.
4.1. Garantir entre os alunos mais desfavorecidos níveis de realização dos objetivos e metas definidas (...) iguais ou superiores aos restantes alunos.”*

Objetivos operacionais do 2º Contrato de Autonomia, p. 9, 2013

AÇÃO DO PROJETO DE AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR (PAFC) (CF. RELATÓRIO ANUAL PAFC)

O plano estratégico para 2021/22 da Autonomia e Flexibilidade Curricular definiu a meta do PAFC e os objetivos estratégicos a concretizar até final deste ano letivo, que se transcrevem a seguir:

- **Meta do PAFC para 2021.2022:** Apoiar os docentes a desenvolver os Planos Curriculares de Turma assentes numa visão de projeto, consequentemente dinâmico, de desenvolvimento das aprendizagens com recurso a atividades centradas nos alunos com metodologias ativas.
- **Objetivos estratégicos para concretizar até final do ano letivo 2021/22:**
 - Colaborar com os docentes na construção dos Projetos Curriculares de Turma (PCT).
 - Promover a concretização de atividades de aprendizagem ativa, disciplinares e interdisciplinares, com utilização de recursos educativos digitais e que envolvam domínios da cidadania, sempre que oportuno.
 - Contribuir para o desenvolvimento do Plano 21|23 Escola+, plano integrado para a recuperação das aprendizagens.
 - Dinamizar sessões de trabalho com os docentes.

1. PLANO CURRICULAR DE TURMA

A visão do PCT preconizada pelo PAFC pressupõe que o conselho de turma identifique algumas competências prioritárias a trabalhar a curto prazo através de um diagnóstico realizado colaborativamente. Para desenvolver essas competências, os docentes devem planificar atividades que as promovam, com base nas operações cognitivas (descritores do PASEO) necessárias.

Neste âmbito, a equipa promoveu a ACD “Tarefas de ensino-aprendizagem: para quê?” e analisou as atas de conselho de turma relativamente à identificação, pelo conselho de turma, das competências prioritárias.

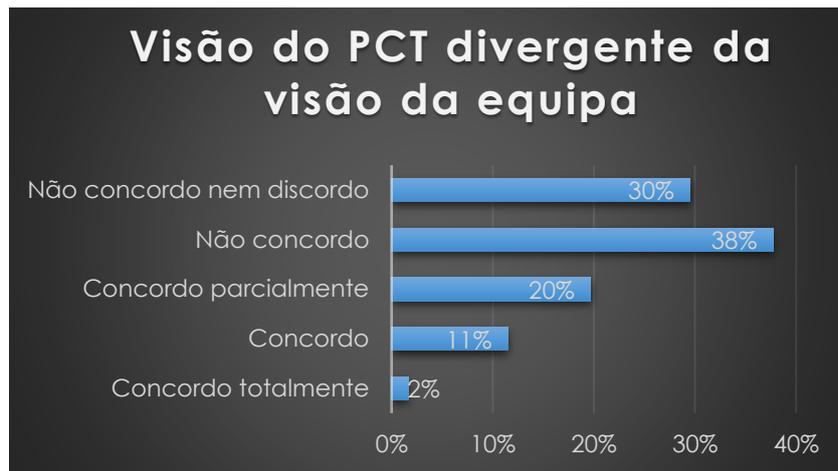


Gráfico 1 - PCT

Conclusões:

- a. 38% dos inquiridos concordam com esta visão do PCT (ver Gráfico 1).
- b. Verificou-se que na maioria das atas de avaliação de conselho de turma, as competências em falta são identificadas de modo genérico e vago.
- c. Quando as competências são identificadas nas atas do conselho de turma, em muitos casos falta decidir quais são as competências prioritárias e quais as estratégias comuns nas diferentes disciplinas para as desenvolver.
- d. Verifica-se, através do PAA, a realização de muitas atividades importantes para o desenvolvimento dos alunos, o que nos leva a concluir que falta explicitar nas atas a intencionalidade pedagógica das ações promovidas. Desse modo ficava facilitada a monitorização do PCT e a decisão das novas ações necessárias para o desenvolvimento dos alunos.

2. PLANIFICAÇÃO ANUAL POR ATIVIDADES

Neste ano letivo o modelo de planificação aprovado foi o mesmo do ano letivo anterior, continuando a fomentar a planificação por atividades e, paralelamente, o trabalho colaborativo entre docentes.



Gráfico 2 - Planificar por atividades

Conclusões:

- A maioria dos inquiridos considera que planificar por atividades fomenta o envolvimento dos alunos no processo de ensino e aprendizagem. Contudo, verifica-se ainda alguma dificuldade na promoção do trabalho colaborativo entre docentes (Ver gráfico 2).
- O modelo de planificação adotado visa a melhoria das propostas de atividades disciplinares centradas no aluno, ao longo dos anos, pela reflexão crítica entre os pares sobre a sua implementação. Deste modo, a planificação encara-se como um documento em construção, sujeita a alterações.
- O tempo destinado à AFC afirma-se como um espaço importante para trabalhar colaborativamente de modo a ultrapassar os obstáculos sentidos nas novas orientações educativas (AFC).

3. PLANIFICAÇÃO DE ATIVIDADES

A equipa considerou importante proporcionar aos docentes um espaço de reflexão sobre a importância de planificar recorrendo ao PASEO para desenvolver as competências selecionadas.

A ACD *TAREFAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM: PARA QUÊ?* foi promovida pela equipa em colaboração com a DGE com o objetivo de trabalhar, num cenário de aprendizagem, as competências prioritárias gerindo o currículo e articulando colaborativamente. Para tal, os docentes selecionaram os descritores operativos do PASEO mais adequados.

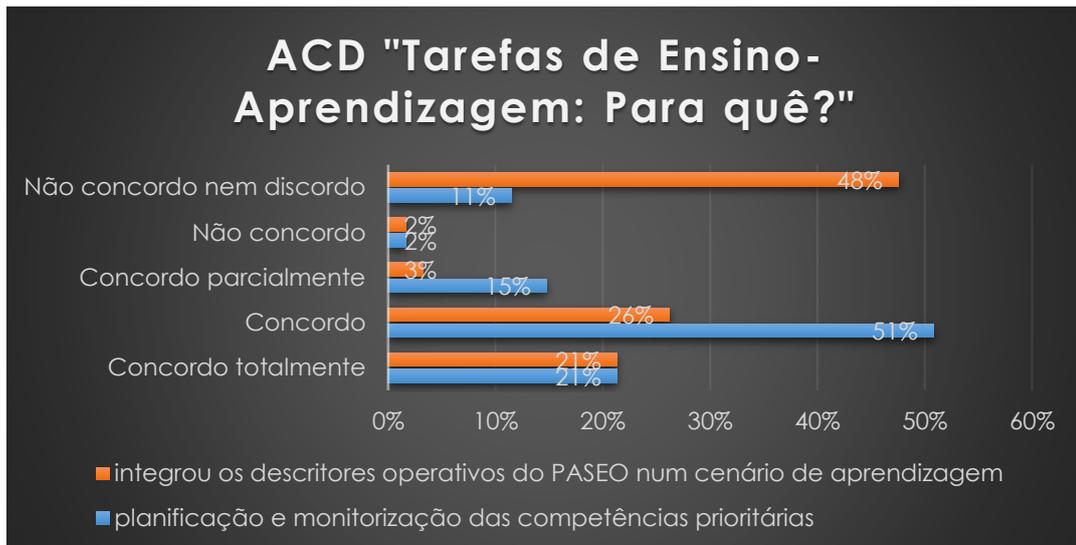


Gráfico 3- ACD

Conclusões:

- a. A participação nesta ação foi reduzida.
- b. Vários inquiridos responderam às questões relativas a esta ACD sem terem participado na mesma. Esperava-se que os que não participaram respondessem “Não concordo nem discordo”.
- c. O número de respostas de “Concordo totalmente” aproxima-se do número de participantes.

A interação entre alunos e alunos/professor e avaliação formativa são dois aspetos importantes para o desenvolvimento da aprendizagem.

Alguns elementos da equipa colaboraram na equipa do projeto MAIA e nas equipas das medidas do PADDE, e nesse âmbito partilharam recursos educativos em dois workshops: Aplicação Milage Aprender + e Nearpod.

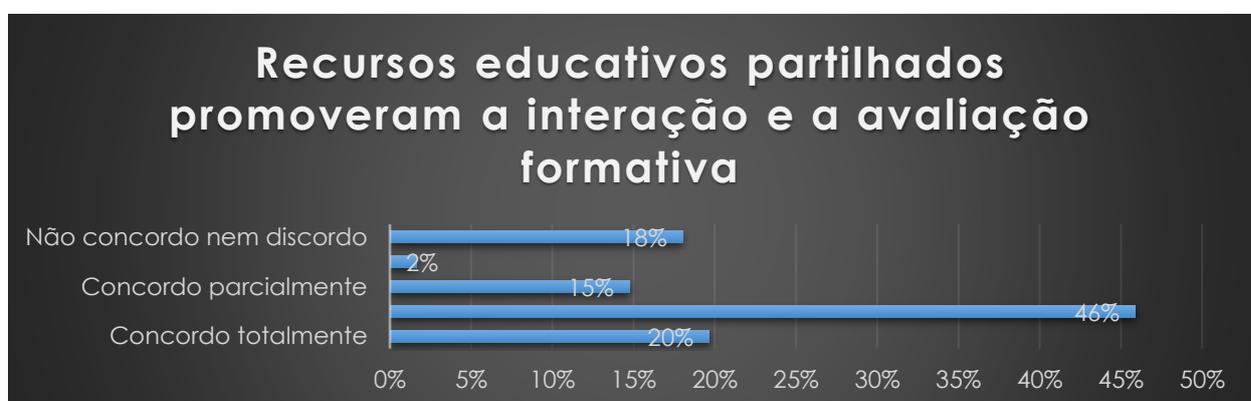


Gráfico 4 - Recursos educativos

Conclusões:

- a. A equipa partilhou conhecimento sobre rubricas e colaborou na sua elaboração, em várias estruturas da ESCT;
- b. A maioria dos docentes inquiridos concordaram com a afirmação de que os recursos digitais referidos promovem a interação e facilitam a avaliação formativa imediata.

4. DOMÍNIOS DE ARTICULAÇÃO CURRICULAR

Os Domínios de Articulação Curricular são promovidos pela equipa desde 2019 e este ano letivo alterou-se o modelo de planificação introduzindo um campo para avaliar os objetivos propostos.

2021/22	Ensino e Formação Profissional		Cursos Científico Humanísticos		TOTAL	
Ano de escolaridade	Nº turmas envolvidas	Nº DAC	Nº turmas envolvidas	Nº DAC	Nº turmas envolvidas	Nº DAC
10º	9%	9%	19%	26%	16%	21%
11º	0%	0%	7%	7%	5%	5%
12º	18%	27%	11%	26%	13%	26%
TOTAL	27%	36%	37%	59%	34%	53%
Nº turmas ESCT	11		27		38	

Tabela 1 - Número de DAC e turmas envolvidas por ano de escolaridade

Conclusões:

- a. Constata-se que o campo destinado à avaliação da consecução dos objetivos propostos não foi preenchido na maioria dos casos. A planificação de alguns DAC foi elaborada no modelo do ano anterior, no qual não constava este campo. Outros há que usaram o modelo atual deixando esse campo em branco.
- b. Verifica-se que a maioria dos DAC não explicita com clareza a articulação curricular subjacente à implementação do mesmo. A clarificação da articulação curricular carece de uma descrição das metodologias usadas na sala de aula pelas diferentes disciplinas, assim como o modo de interligação entre elas.
- c. Da análise efetuada aos DAC elaborados este ano, observa-se que o número total de DAC realizados é o mesmo do ano anterior (20). No entanto, verifica-se uma tendência contrária, no Ensino Profissional há uma diminuição e nos Cursos Científico Humanísticos um aumento.
- d. Verifica-se que o ano de escolaridade com menor número de DAC elaborados é o 11º Ano (ver Gráfico 5).
- e. A maioria dos inquiridos considera que o modelo é de fácil utilização, e que os documentos para apoiar a construção dos DAC/Articulações curriculares são úteis. Há no entanto 15% sem opinião o que poderá indicar que não se envolveram na elaboração de DAC (ver Gráfico 5).

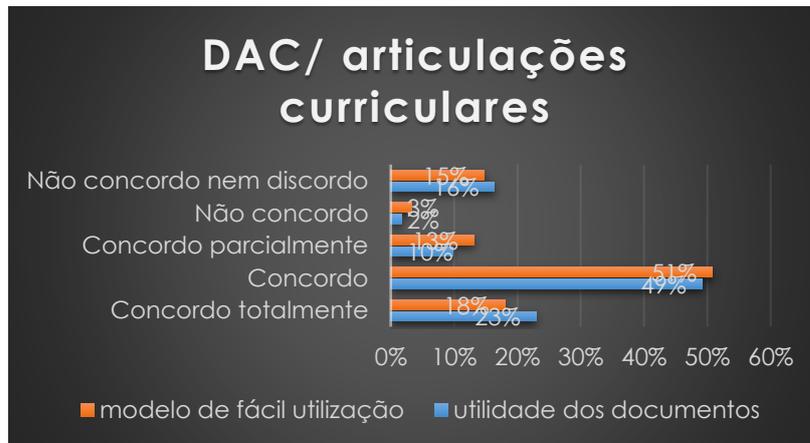


Gráfico 5 - DAC

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipa perspetivou uma maior interação com os docentes que não foi atingida. Apesar da equipa reunir semanalmente e ter aproveitado esse espaço para refletir sobre a implementação da AFC, houve constrangimentos relativos à falta de tempo e à dificuldade de aproximar os docentes a refletir sobre a prática docente.

Considera-se importante promover a discussão/reflexão sobre questões didático-pedagógicas de modo a enriquecer/diversificar as metodologias de ensino e gerir o currículo de acordo com as necessidades dos alunos.

Quanto à ação da equipa perspetivada pelos inquiridos:

- a. A maioria concorda com a disponibilidade da equipa para apoiar os docentes, mas há 18% de docentes que não têm opinião o que poderá indicar que não contactaram com a equipa.
- b. Apesar de a maioria concordar com afirmação de que que o projeto enfatizou o processo de identificação das competências prioritárias, há 26% sem opinião e 11% que concordam parcialmente. A baixa percentagem de respostas concordância total indica que esta questão necessita de ser mais trabalhada pela equipa junto dos docentes.

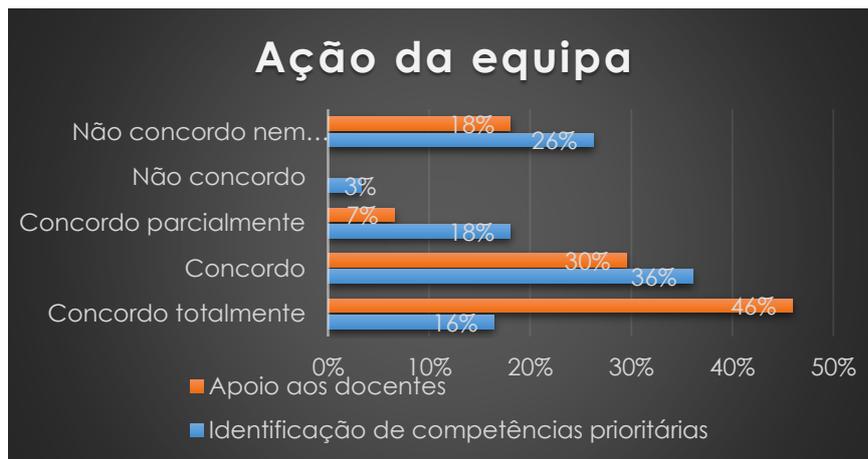


Gráfico 6 – Ação da Equipa

A equipa considera relevante para a implementação da AFC continuar a apoiar os docentes.

No 1º Período, reforçar junto dos docentes, recorrendo a exemplos práticos, a formalização mais clara das articulações curriculares, e dar feedback aos docentes relativamente aos DAC que elaboraram.

Replicar a ACD, caso haja interesse por parte dos colegas, uma vez que contribui para o processo de construção do Plano Curricular de Turma (PCT) visionado como um projeto em constante melhoria.

Continuar a monitorizar as atas dos conselhos de turma e reforçar a parceria com a coordenação dos diretores de turma no sentido de apoiar os diretores de turma na construção do PCT.

6. PROJETO PARA A CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

“4. Promover a igualdade de oportunidades, aumentar os níveis de qualificação das populações locais, valorizar o mérito.

4.1. Garantir entre os alunos mais desfavorecidos níveis de realização dos objetivos e metas definidas (...) iguais ou superiores aos restantes alunos.”

Objetivos operacionais do 2º Contrato de Autonomia, p. 9, 2013

O projeto de Cidadania e Desenvolvimento desenvolveu na ESCT um conjunto de atividades diversificadas, ao longo do ano letivo de 2021-22.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania desenvolve-se segundo a componente de Cidadania e Desenvolvimento, em virtude da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho e de acordo com as Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, - Cursos Científico- Humanísticos e Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto, - Cursos Profissionais. Cabe à escola a organização do seu Plano Estratégico de Cidadania e Desenvolvimento.

A componente de Cidadania e Desenvolvimento visa contribuir para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos, de diálogo e de respeito pelos outros, alicerçando modos de estar em sociedade que tenham como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social. Conforme o estabelecido no ponto 3 do artigo 15.º do Decreto – Lei nº 55/2018, de 6 de julho, “A componente de currículo de Cidadania e Desenvolvimento, integrando as matrizes de todas as ofertas educativas e formativas:

- a) constitui-se como uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar;
- b) mobiliza os contributos de diferentes componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas, ou unidades de formação de curta duração, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os temas da estratégia de educação para a cidadania da escola, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de cada turma”.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (CF. PROJETO PARA A CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO – RELATÓRIO 2021/22).

- Reuniu com a equipa e contribuiu para a Estratégia Para a Cidadania e Desenvolvimento da Escola.
- Participou nas reuniões do Conselho Pedagógico como conselheiro.
- Colaborou com os diretores de turma em todos os assuntos relacionados com a Cidadania e Desenvolvimento.

- Apresentou no final de cada trimestre um relatório de Cidadania no Conselho Pedagógico;
- Participou nas sessões “Em rede, de Cidadania”, juntamente com os colegas de outras escolas que desempenham o cargo de coordenação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.
- Divulgou sítios e informação relacionada com Cidadania.

PLANO ESTRATÉGICO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

A operacionalização da Cidadania e Desenvolvimento na ESCT contempla a seguinte distribuição de Domínios Obrigatórios e Aprendizagens a desenvolver em cada ano de escolaridade:

10º ano: Direitos Humanos e Saúde;

11º ano: Interculturalidade e Educação Ambiental;

12º ano: Igualdade de Género e Desenvolvimento Sustentável.

Sem prejuízo da abordagem dos Domínios Obrigatórios cada turma deve desenvolver no mínimo três Domínios, por ano de escolaridade, considerando os Domínios Opcionais ou outros, para o desenvolvimento de Trabalhos de Projeto.

A abordagem dos Domínios pode ser realizada de forma individual ou integrados conjuntamente, sendo a seleção dos conteúdos a abordar, dentro de cada Domínio, da competência do Conselho de Turma.

A metodologia de trabalho a adotar é o Trabalho de Projeto criado, desenvolvido e implementado pelos alunos com a colaboração das diferentes disciplinas/UFCD, coordenadas pelo Diretor de Turma.

Cabe ao Conselho de Turma a calendarização das ações a realizar para o cumprimento dos Domínios a abordar, bem como a definição do número de tempos letivos necessários/adequados para a planificação, concretização e avaliação da Componente de Cidadania e Desenvolvimento. Compete ainda ao Conselho de Turma a forma de distribuição dos tempos letivos pelas diferentes disciplinas/UFCD que cruzam os seus contributos para a consecução dos projetos.

O Diretor de Turma coordena os Trabalho de Projeto, desenvolvidos para os diversos Domínios e formaliza o registo periódico dos mesmos nos documentos: Registo de Projeto de Cidadania e Desenvolvimento de Turma e Planificação do Projeto de Cidadania e Desenvolvimento de Turma. Os citados documentos devem ser entregues nos Serviços de Administração Escolar, no final de cada período letivo.

Para apoio ao desenvolvimento dos projetos, foi sugerida a alunos e professores a consulta dos referenciais da DGE (<http://www.dge.mec.pt/áreas-temáticas>).

Conforme o ponto 4 do artigo 25.º do supracitado Decreto – Lei, “a componente de Cidadania e Desenvolvimento não é objeto de avaliação sumativa, sendo a participação nos projetos desenvolvidos neste âmbito registada no certificado do aluno” anualmente.

Atendendo ao ponto 4 do artigo 20º da Portaria nº 226-A/2018, de 7 de agosto, “Os critérios de avaliação constituem referenciais comuns na escola, sendo operacionalizados pelo conselho de turma”, constituindo os instrumentos principais de recolha de informação do desempenho do/a aluno/a nas diferentes áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As mesmas deverão também ser consideradas como instrumentos de autoavaliação, envolvendo o/a aluno/a na tomada de decisão sobre a sua participação.

Considerando o ponto 3 do artigo 4º da Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, a atualização do processo individual do aluno é da responsabilidade do diretor de turma, que deve efetuar o registo da participação dos alunos em atividades ou projetos no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento.

RESULTADOS

10º ano

Direitos Humanos: **273 tempos**

Saúde: **113 tempos;**

Domínio opcional - (Risco; Sexualidade, Bem-estar Animal, Mundo do Trabalho, Educação Ambiental, Voluntariado, Interculturalidade): 74 tempos.

11º ano

Interculturalidade: **136 tempos**

Educação Ambiental: **164 tempos**

Domínio opcional - (Bem-estar Animal, Voluntariado, Literacia Financeira e Educação para o Consumo, Outros, Segurança Rodoviária, Mundo do Trabalho, Media): 121 tempos.

12º ano

Igualdade de Género: **100 tempos**

Desenvolvimento Sustentável: **91 tempos**

Domínio opcional (Mundo do Trabalho, Voluntariado, Bem-estar Animal, Instituições e Participação Democrática, Direitos Humanos, Empreendedorismo): 88 tempos.

Nota: Uma vez que os conselhos de turma do ensino profissional ocorreram quase no final de julho, não se incluíram os dados relativos a essas turmas, acresce que o 11º e 12º ano estiveram grande parte do 3º período a concluir a Formação em contexto de trabalho; faltam também os dados de duas turmas do ensino regular, cujos planos não foram entregues, no final do 3º período.

ASPETOS POSITIVOS

A união e o espírito de colaboração da equipa foram preciosas para o exercício do cargo com qualidade, exigência e rigor. Também a colaboração dos diretores de turma foi fundamental. O facto de a equipa ter uma hora em comum no horário semanal (sexta-feira), permitiu uma maior eficiência e melhor acompanhamento do trabalho desenvolvido.

CONSTRANGIMENTOS

A dificuldade em contactar todos os diretores de turma com a frequência necessária, devido a algum desfasamento dos horários. O facto de, nos cursos profissionais, não existir no horário da turma a hora de AOE/CD, implicou que o diretor de turma tivesse de disponibilizar algum tempo da sua disciplina para acompanhar o desenvolvimento do projeto.

CONCLUSÃO

Salienta-se a excelência dos resultados obtidos, num ano ainda condicionado pela pandemia, o que levou à reformulação de estratégias e metodologias de trabalho, no sentido da recuperação de aprendizagens, sem descurar o papel essencial da Cidadania e Desenvolvimento na formação pessoal dos alunos e na sua consciencialização como seres humanos e humanizados, inseridos numa sociedade que se desenvolve ancorada em novos paradigmas.

No que concerne à monitorização do Projeto de Cidadania e Desenvolvimento de Turma foram entregues, ao Coordenador da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, registos do trabalho desenvolvido nas diferentes turmas. Os elementos que constituem a equipa do Projeto apoiaram os Diretores de Turma, na elaboração desses registos, ao longo do ano letivo e agradecem a colaboração dos mesmos na implementação da Cidadania na ESCT.

Propõe-se ainda a manutenção do desenvolvimento no mínimo de três Domínios, por ano de escolaridade, permitindo assim que em todos os anos de escolaridade haja a possibilidade de trabalhar obrigatoriamente um Domínio Opcional.

Reforça-se que a metodologia de trabalho a adotar deve ser o trabalho de Projeto elaborado, desenvolvido e implementado pelos alunos, numa perspetiva multidisciplinar.

7. RECONHECIMENTO DO MÉRITO E DA EXCELÊNCIA

“4.2 Instituir prémios de mérito para os alunos dos diferentes cursos e modalidades de ensino como incentivo à excelência académica, ao empreendedorismo e ao voluntariado social.”

Objetivo operacional do 2º Contrato de Autonomia, p. 10, 2013

Em 2018-2019 foram criados os Quadros de Mérito, de acordo com artigo 7º da Lei nº 51 de 2012, tendo em vista reconhecer os alunos que se distinguem pelo seu valor, demonstrado pelos seus resultados académicos e pela superação de dificuldades e/ou no serviço aos outros, como também promover e estimular práticas que evidenciem os valores que devem pautar a cultura de escola, tendo em conta o perfil dos alunos para o século XXI.

Tendo em conta este perfil, o Quadro de Mérito apresentou-se nas seguintes vertentes:

- O Quadro de Mérito Académico- Excelência, em que o critério único incide nos resultados escolares entre 17,5 e 20 valores.
- O Quadro de Mérito+Cidadania, que reconhece os alunos ao nível dos resultados escolares (14,5 e 17,4 valores) e dos valores individuais que evidenciam na qualidade de cidadãos.
- O Quadro de Mérito de Representação ESCT, que destaca os alunos que revelam um desempenho excecional na representação institucional da escola, nomeadamente a nível desportivo, artístico, literário, científico ou tecnológico.
- O Quadro de Mérito do Grupo-Turma que valoriza na turma a assiduidade, o bom relacionamento interpessoal, quer com colegas quer com pessoal docente e não docente, a sua participação voluntária em atividades de complemento curricular e o zelo demonstrado no asseio e na manutenção de todos equipamentos e instalações utilizadas.

VERTENTES DO QUADRO DE MÉRITO	ANOS DE REFERÊNCIA			
	10º Ano	11º Ano	12º Ano	Total
Quadro de Excelência Académica ¹	14	17	27	58
Quadro de Mérito de Cidadania ²	9	0	8	17
Quadro de Mérito de Representação	2	1	6	9
Quadro de Mérito do Grupo-Turma	0	0	0	0

¹ Reconhece os alunos que revelam resultados escolares excelentes e produzem trabalhos ou realizam atividades de qualidade, quer no domínio curricular, quer no domínio das atividades extracurriculares.

² Reconhece os alunos ao nível dos comportamentos e atitudes que se destacam pela dedicação e empenho na procura do bem comum.

RECONHECIMENTO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	PD/PND	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE
Américo Fernando da Silva Costa	PD	30 anos
Deolinda Silva Gomes Pereira	PD	Aposentação
Eva Gomes Silva	PND	Aposentação
José Temporão Simões Rodrigues	PD	25 anos
Manuel Fernandes Ramos Santos	PD	25 anos
Maria da Conceição da Silva Machado	PD	Aposentação
Maria Gorete Pires Branco	PD	25 anos

Por seu turno, as Bolsas de Mérito - uma medida da Ação Social Escolar (ASE), são atribuídas pelo MEC aos alunos beneficiários de escalão A e B e com desempenho igual ou superior a 14,0 valores, sem classificações negativas. Tal como anteriormente referido, e como medida de apoio ao combate do abandono escolar, no ano letivo de 2021-2022 foram atribuídas Bolsas de Mérito a 123 alunos desta escola.

8. ATIVIDADES DE COMPLEMENTO EDUCATIVO E DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

“3.4 Ampliar o programa anual de atividades de complemento educativo e de dinamização cultural, incluindo nos períodos de interrupção letiva.”

Objetivo operacional do 2º Contrato de Autonomia, p. 9, 2013

Neste regresso à normalidade, foi notório um forte dinamismo por parte dos docentes e das estruturas educativas na promoção de outros/novos contextos de ensino e aprendizagem aos nossos alunos, traduzido em 102 atividades singulares e 356 atividades integradas em projetos, num total de 458 atividades.

Registamos que as atividades desenvolvidas foram norteadas pelos 3 eixos fixados do Projeto Educativo, através dos quais se pretendeu constituir na ESCT “um espaço de conhecimento, cultura, pesquisa, inovação e criatividade”, com a finalidade de “educar/formar cidadãos cada vez mais autónomos, responsáveis, cultos, solidários, comprometidos” e pelo desiderato preconizado pelo PASEO, consubstanciado na preocupação de se “encontrar a melhor forma e os recursos mais eficazes para todos os alunos aprenderem” numa escola inclusiva. Todas elas, sem exceção, contribuíram, na sua justa medida, para cumprir os objetivos e as metas do Projeto Educativo da ESCT, do Plano 21 |23 Escola+ e os objetivos operacionais do Contrato de Autonomia



Atividades Singulares (iniciativa individual/colegial) e Atividades Inseridas em Projetos

A análise efetuada refere-se ao conjunto de atividades - Atividades Singulares e inseridas em Projetos Estruturantes - registadas no suporte InovarPAA.

Se considerarmos a duração do ano letivo, obtemos a média de 12 atividades por semana, mais de 2 atividades por dia. Observamos que, no âmbito das atividades desenvolvidas nas atividades singulares, a tipologia mais usada foi o “evento temático”, com 33,33%, seguida de “aulas no exterior” (24,51%) e de “desenvolvimento do produto” e de “encontro”, com a igual percentagem de 17,75%. Quando comparamos este exercício com o do ano anterior, destacamos o forte incremento da tipologia “aulas no exterior” explicado, naturalmente, pelo facto de terem desaparecido as restrições impostas pela pandemia. Por outro lado, no que concerne às atividades integradas em projetos, destacamos que a tipologia mais escolhida foi a de “desenvolvimento do produto”, com 34,55%, seguida de “encontro” (29,21%) e de “evento temático” (29,12%). Notamos que, neste âmbito, a opção pela tipologia “aulas no exterior” foi manifestamente residual (3,09%).

Verifica-se que, de um modo geral, os objetivos do Projeto Educativo são cumpridos de forma abrangente nas propostas das diferentes atividades, havendo, contudo, um enfoque maior na “Promoção do Sucesso Educativo” e em “Promover a oferta, através da ESCT, de serviços educativos de maior qualidade à comunidade local, no quadro dos desafios que se colocam à educação em Portugal e da promoção da qualificação dos portugueses”.

A esmagadora maioria das atividades é proposta para os 1.º e 2.º períodos letivo. Já no que diz respeito à concretização das propostas, verifica-se, de acordo com o registo no InovarPAA, que se realizaram, neste ano letivo, 99,35% das propostas aprovadas.

No que se refere aos alunos, destinatários privilegiados das atividades inscritas no InovarPAA, verifica-se que o 10.º ano de escolaridade é o que menos beneficia de propostas de atividades. A maioria das atividades é dirigida aos alunos dos 11.º e 12.º anos de escolaridade.

Em relação à avaliação das atividades, os seus proponentes referem, esmagadoramente a total consecução dos objetivos propostos.

Numa leitura e análise das diferentes propostas e sob o ponto de vista do tema aglutinador do PAA, regista-se a pouca articulação entre as diferentes atividades e /ou estruturas que as propõem, bem como o público-alvo a que se destinam. Neste domínio, as atividades singulares propostas, de iniciativa individual e ou colegial, e aquelas inseridas em projetos estruturantes, poderiam ser alvo de mais reflexão e de trabalho colaborativo, o que contribuiria, certamente, para que não houvesse duplicação de registos, registos de projetos com apenas uma atividade, repetição da mesma atividade, mas com

grupos de alunos diferentes, entre outros aspetos menos conseguidos deste PAA – Atividades Singulares e Projetos Estruturantes.

Saliente-se que o número de atividades propostas para os alunos dos cursos profissionais e dos cursos científico-humanísticos insere-se num equilíbrio algo frágil, com os primeiros a não beneficiarem de grande diversidade de atividades, o que deve ser alvo de reflexão, tendo em conta a enquadramento dos cursos profissionais.

O acompanhamento, a leitura e análise das atividades, singulares e daquelas inseridas em projetos, deste ano letivo permite concluir que as diferentes secções curriculares e os respetivos departamentos se envolvem em atividades que estão para além das letivas; todas as turmas, de um modo geral, beneficiaram de atividades extracurriculares. No entanto, sugere-se que sejam considerados, em termos de reflexão, a articulação entre as estruturas pedagógicas, a promoção e divulgação de todas as atividades, o envolvimento dos alunos /turmas na organização das atividades e na sua avaliação e a observação plena do consagrado no Regulamento Interno quanto ao registo das atividades.

9. FORMAÇÃO CONTÍNUA

“5. Elevar a qualidade técnica do serviço de educação prestado pela Escola, cuidando da qualificação e diversificação dos recursos humanos internos e apostando na inovação tecnológica.

5.1. Apoiar a formação especializada ou pós-graduada dos recursos humanos docentes...”

Objetivo operacional do 2º Contrato de Autonomia, p. 10, 2013

Tal como referido em relatório anterior, confirmou-se a conclusão de que o ano de 201/22 foi em termos de formação, atípico. Atípico em termos da profunda e parece-me estrutural alteração do paradigma de formação para docentes. Com efeito, de um PFA construído com base nas premissas de cada unidade organizacional e dos seus recursos humanos docentes, passamos claramente, para um modelo que assenta numa verticalidade das instituições do ME para as escolas/docentes. Assim, as formações passaram a ser disponibilizadas às escolas e docentes, através de Programas Operacionais de Capital Humano, garantindo uma rede de formação e formadores de acordo com o delineado superiormente.

Não concordando de todo com este modelo pois consideramo-lo cerceador e redutor da qualidade de formação já que não atenta à especificidade de cada unidade organizacional, claramente que o futuro da formação passa por estes programas e pelo desenho superior da oferta formativa. Desde o PADDE e respetivas ações de capacitação digital docente, passando pela formação MAIA, Inclusão, Coopera, etc., as escolas e as suas hierarquias tem de ter um papel diferente na procura de formação que garante o cumprimento dos desígnios inscritos pelo ME, mas também para cumprir os respetivos projetos educativos e até, em última análise, as diferentes cartas de missão dos seus responsáveis máximos.

Ao longo do ano letivo, a ESCT tentou não só cumprir os diferentes referenciais, mas também trazer a originalidade na procura da formação mais eficaz para os problemas/assuntos/interesses da instituição. Muita desta originalidade e construída com base em ACD's, algo que se manifesta de forma muita concreta através dos números das mesmas realizadas na instituição.

Devem ser também realçados os seguintes aspetos:

- A cedência das instalações da ESCT para ações do PTD, acolhendo formadores e formandos de várias escolas adstritas ao território formativo do CFFH;
- A participação, enquanto formador PTD, de um docente da ESCT – Francisco Araújo - desenvolvendo várias ações a partir de setembro de 2021/2022;
- Resposta às dúvidas dos colegas sobre os níveis de capacitação digital atribuídos;

- Envio de informação aos docentes da ESCT através do email institucional (grupo docentes), sobre a abertura das inscrições para as turmas de formação para a capacitação digital docente - setembro de 2021 e julho 2022;
- Esclarecimento adicional ao Despacho 2053/21 (ações que relevam para a dimensão científico-pedagógica e também disponível na disciplina moodle da formação da ESCT).
- Colaboração para a criação de ACD's a desenvolverem-se na escola;
- A realização de ação de formação para pessoal não docente intitulada "Atendimento - técnicas de comunicação" – código 0704, com a duração de 25 horas, ação desenvolvida em parceria com o Centro Qualifica da ESCT;
- A participação em reuniões da SFM do CP do CFAECFFH;
- A atualização da página Moodle da formação da ESCT.

Formação realizada em 2021/22, com a participação do pessoal docente (CFAECFFH):

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	MODALIDADE	DURAÇÃO	PD
PTD – Capacitação Digital de Docentes – Nível 1	OF	25+25	3
PTD – Capacitação Digital de Docentes – Nível 2	OF	25+25	47
PTD – Capacitação Digital de Docentes – Nível 3	OF	25+25	7
Estratégias de capacitação e motivação dos docentes para a transição digital	CF	25	1
O contributo docente na transição digital nos Centros Qualifica	CF	25	3
Leitura, media e cidadania digitais no contexto da autonomia e flexibilidade curricular. O papel da BE	OF	15+10	1
As TIC na implementação do Desenho Universal para a Aprendizagem nas Ciências Exatas, na Natureza e das Tecnologias	OF	15+15	2
As Aprendizagens Essenciais nas Línguas Estrangeiras na Transição Digital	CF	25	1
A importância do Centro de Apoio à Aprendizagem em contexto escolar	CF	25	3
RoboParty	CF	30	1
Ciclo de Seminários 2022: Arquitetura Escolar e Resignificação do papel dos atores	CF	15	2

Tarefas de ensino-aprendizagem:para quê?	ACD	3	19
A força do digital na educação 2	ACD	6	1
A força do digital na educação 3	ACD	3	4
A força do digital na educação 5	ACD	3	2
Programa Mais Contigo – Prevenir comportamentos suicidários em meio escolar	ACD	3	42
INEM – Curso de formação de formadores SBV-DAE para professores	ACD	8	1
INEM – Curso de Suporte Básico de Vida com desfibrilhação automática externa 1 e 2	ACD	7	1
A Educação Física e o desporto na comunidade	ACD	3	3
Artes Performativas: processos pedagógicos e artísticos na criação de espetáculos	ACD	3	1
Redes de Inclusão: workshop 1 e 2	ACD	3	2
Redes de Inclusão: workshop 3 e 4	ACD	3	1
Lideranças Inovadoras – Partilha de práticas	ACD	3	1
PBL – Aprendizagens baseadas em projetos	ACD	3	19
Jornadas @Participar+	ACD	6	5
Estratégias de motivação para a sala de aula contemporânea	ACD	3	14

Formação realizada em 2021/22, com a participação do pessoal não docente (CAFECFFH):

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	MODALIDADE	DURAÇÃO	PND
Atendimento – Técnicas de Comunicação	CF	25	18

Formação realizada em 2021/22, com a participação do pessoal docente (Excluindo CFFH):

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	MODALIDADE	DURAÇÃO	PD
Diversos	OF / CF / ACD	363	12

Formação realizada em 2021/22, com a participação do pessoal não docente (Excluindo CFFH):

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	MODALIDADE	DURAÇÃO	PND
Diversos	OF / CF / ACD	1009	12

Objetivo 5 – Elevar a qualidade técnica do serviço de educação prestado pela Escola, cuidando da qualificação e diversificação dos recursos humanos internos e apostando na inovação tecnológica.

Área	Objetivos operacionais	Descrição do indicador de medida	2021/22
5 - Qualificação dos recursos humanos internos	5.1 - Apoiar a formação especializada ou pós-graduada dos recursos humanos docentes, tendo em vista atingir, até 2016/17, a qualificação acrescida de pelo menos 40% do corpo docente.	Análise da evolução do número de profissionais docentes em serviço na ESCT com qualificações acrescidas (pós-graduações, cursos de especialização, mestrado ou doutoramento) e que nela exerçam funções.	34%
	5.2 - Apoiar o reforço das qualificações escolares e profissionais do pessoal não docente, designadamente através do apoio à melhoria do nível de habilitações escolares e da frequência de ações de formação contínua de ativos.	Apreciação do volume de horas de formação contínua (interna ou externa) frequentada com aproveitamento e proporção de profissionais envolvidos, por comparação com o ano escolar anterior. [N.A.: Para este indicador apenas são considerados os colaboradores não docentes.]	1459h <small>(envolvidos 27/37 » 73%)</small>
	5.3 - Investir na qualificação técnica e tecnológica de todos os recursos humanos internos, nomeadamente no uso dos recursos digitais e dos meios informáticos pertinentes para o desempenho das suas funções	Apreciação do volume de horas de formação contínua (interna ou externa) frequentada com aproveitamento e proporção de profissionais envolvidos, por comparação com o ano escolar anterior. [N.A.: Para este indicador são considerados todos os colaboradores.]	3.567h <small>(envolvidos 78/143»55%)</small>
	5.4 - Diversificar e complementar as competências humanas existentes, através do recrutamento ou aquisição de serviços de outros técnicos cujos contributos se julguem pertinentes para o desenvolvimento da missão da Escola.	Verificação da manutenção ou melhoria da diversidade dos recursos humanos da Escola, por comparação com o quadro de colaboradores do ano letivo anterior.	GAAF e MID

